A MUDANÇA EM NAVARRA 13

O 24-M marcou o ponto final de UPN na frente do Governo de Navarra. A aliança da mudança entre Geroa Bai, EH-Bildu, Podemos e Izquierda-Ezkerra abre umha etapa ilusionante mas também difícil de gerir.

GRÉCIA CONTRA AS CORDAS 14

A negativa do governo a defender a opiniom popular evidencia a dependência entre a socialdemocracia e o grande capital. O conflito com a UE é um problema ideológico com o fim de forçar e disciplinar a economia dum país inteiro.

"Os trabalhadores do mundo desenvolvido também perdem com os tratados de livre comércio"

JORGE A. L. ARÉVALO
Professor de economia na Universidad Autónoma de Chiapas
Págs. 10-11

NÚMERO 150 | VERAO DE 2015 | 2 €

NOVAS DA GALIZA

PERIÓDICO GALEGO DE INFORMAÇOM CRÍTICA

TRANSEXUALIDADE EM CRIANÇAS

A METAMORFOSE ARELADA

A associaçom Arelas começou a trabalhar na Galiza para que os direitos das menores trans sejam uma realidade. Conversamos com a presidenta, Cristina Palacios, sobre as barreiras que afetam crianças e pessoas adultas de até 20 anos que partilham umha realidade comum: a de nom se sentirem identificadas com o sexo que lhes foi adjudicado ao nascer. Incluir a diversidade sexual no currículo educativo, exigir o acesso aos bloqueadores hormonais através da sanidade pública e que sejam identificadas com o nome que elas escolherem, também oficialmente, som as três reivindicaçons mínimas a conseguir. / PÁGs. 16-17

ENTREVISTA A MÁRIO HERRERO

A ilusom da normalizaçom

Entrevistamos Mário Herrero Valeiro, tradutor e membro da Académia Galega da Língua Portuguesa, a respeito dos seus últimos livros: A Normalização Linguística. Uma Ilusão Necessária e Da vida conclusa, o poemário com que o autor vem de ganhar a presente ediçom do prémio Glória de Sant'Anna à melhor obra poética em língua portuguesa. "Independentemente de quem detenha o poder institucional", diz Herrero, "em situaçons como a nossa só acredito na açom de base". / PÁGs. 22-23

DISCRIMINAÇONS SEXISTAS

Que género de desportos queremos?

O desporto galego nom é alheio às discriminaçons ligadas ao género. Umha conversa de mais de cinco horas com três mulheres desportistas deixa claro que o sexismo neste ámbito está de plena atualidade. Revolvem-se contra os comportamentos e os comentários que as desqualificam por serem mulheres e reivindicam cooperaçom frente à competiçom, equipa frente ao individual(ismo) ou umha linguagem que as inclua também a elas. / PÁGs. 24-25

"Mulheres colheiteiras demonstra que as ciganas luitamos"

A cooperativa impulsada por Arquitetos sem Fronteiras promove a inclusom das habitantes de assentamentos precários / PÁG. 20

OPINIOM

QUERO LEMBRAR por Carlos Taibo / 3

MANUEL MARIA NÃO É TIA por Susana Sanches Arins / 4

QUEM MANDA AQUI? por Xurxo Borrazás / 28

ATÉ JÁ!

O Novas da Galiza chega aos 150 números, num momento especialmente relevante para este projeto. Este mês marca o começo dumha pausa com o objetivo de nom ver arrancar 2016 sem um jornal mais forte e com maior capacidade de intervençom nos tempos que correm. Os próximos mesees serám de trabalho invisível, mas imprescindível.
Como despedida, cedemos a palavra a algumhas amigas, colaboradoras e leitoras, às que pedimos umha primeira achega para a reflexom coletiva sobre o projeto que começa.

O PELOURINHO DO NOVAS

Se tés algumha crítica a fazer, algum facto a denunciar, ou desejas transmitir-nos algumha inquietaçom ou mesmo algumha opiniom sobre qualquer artigo aparecido no NGZ, este é o teu lugar. As cartas enviadas deverám ser originais e nom poderám exceder as 30 linhas digitadas a computador. É imprescindível que os textos estejam assinados. Em caso contrário, Novas da Galiza reserva-se o direito de publicar estas colaboraçons, como também de resumi-las ou extratá-las quando se considerar oportuno. Também poderám ser descartadas aquelas cartas que ostentarem algum género de desrespeito pessoal ou promoverem condutas antisociais intoleráveis. Endereço: pelourinho@novasgz.com

PELO FIM DA INVISIVILIZAÇOM DE AGRESSONS MACHISTAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

[...]

Um grupo de feministas de Compostela animamo-nos semanas atrás a dar um passo a frente, denunciando a agressom que sofreu no mês de maio umha companheira por parte de Suso Sanmartim, ativista compostelano. Este homem agrediu-a invadindo o seu espaço e burlando-se dela. Quando a moça denunciou esta agressom decidiu-se, desde mulheres feministas de Compostela, escrever um comunicado apoiando-a e exigindo aos espaços dos que faz parte o agressor e que se dizem de "esquerda", que se posicionassem publicamente. De igual jeito, enviou-se o comunicado aos meios de comunicaçom afins para que fizessem pública também a denúncia.

A resposta foi a esperada; já antes de se espalhar o comunicado, ele reagiu ameaçando-nos com uma denúncia nos julgados por supostas calúnias, negando a agressom e dando "uma advertência de que o nosso passo provocaria o pior para todo o mundo". Trás este primeiro momento, o que recevemos foi: Nenhuma difussom por parte dos meios de comunicaçom aos que lhes foi enviado o comunicado. Dos coletivos que faz parte o indivídio em questom: por parte de Compostela Aberta, um e-mail onde davam a entender que o que acontece no eido privado nom é objeto do seu debate. A Gentalha do Pichel e o Novas da Galiza enviarom cadanseu e-mail onde refletiam ter debatido internamente sobre o tema e amosavam a sua dispossiçom a seguir abordando-o sempre e quando se rompesse o anonimato. Por parte da AGAL, nenhuma resposta nem mençom a respeito.

Em definitiva, praticamente todos os coletivos sociais responderam de forma escassa e evasiva. Porque o comunicado era anônimo, porque haveria que ouvir as duas partes, porque a agressom nom aconteceu numha assembleia, porque era umha "microagressom", ou com o argumento de que esta campanha de visivilizaçom nom era mais que um intento de difamar a imagem dumha pessoa pública. Por se isto fosse pouco com que lidar, tivemos que suportar de muitos companheiros o questionamento constante da agressom e da pessoa agredida por nom saber quem era ela; com a desculpa de que ao ser um comunicado anônimo nom era possível um posicionamento. Ao final de ter o lombo maçado parece que os paus já nom som tam graves.

Para nós, todo isto é um símbolo da falta de reflexom feminista nas organizaçons sociais e políticas, e evidencia a carência de protocolos de atuaçom vista este tipo de situaçons que estám assumidas, incluso na esquerda, como comportamentos normais.

[...]

Já abonda. Pensamos que o nosso melhor contributo à transformaçom social é atravesar quantas pedras seja possível as rodas do carro de machirulos, supostamente dissidentes, independentistas, comunistas, anarquistas e guerreiros de qualquer causa justa. Nom há justiça se se pretende acabar com umha donimaçom alimentando-se de outra que os privilegia e nom é questom de matizes, nom vamos deixar que sejam outros quem julguem quando umha agressom é suficientemente grave. Nom vamos consentir babosadas, nem faltas de respeito, nem humilhaçons, nem silenciamentos, nem insultos, nem paliças.

Hoje sai o nome de Suso Sanmartim, mas amanhá pode ser o de qualquer outro. Se nom és parte da soluçom, és parte do problema.

Por isso vemo-nos na obriga de fazer este novo comunicado que já nom é anônimo, e com que queremos advertir que nom vamos deixar que se invisibilize nenhuma agressom, e que nós as mulheres, sim vamos responder porque nom existe transformaçom possível nem esquerda real, se nom é feminista.

[...]

Alba Hernaiz, Lara; Alcaraz Ladrero, Fedra; Alonso Barandela, Pilar; e 148 mulheres mais

HUMOR RUTH CARAMÉS 'SOBE A MAREA'

EDITORIAL

Tempo para os novos tempos

Som tempos de reptos e acontecimentos novos. Nas últimas semanas pudemos seguir em direto os resultados do referendo do OXI grego e também ver por 'streaming' as chamas dos cócteis molotov na praça Syntagma. Nestas cenas vem-se traços do que há uns anos semelhava umha utopia: a decadência do sonho capitalista europeu. Mas esta falência acomete com dureza contra a populaçom grega e pom em causa, mais umha vez, os canais institucionais tradicionais para a salvaguarda da classe trabalhadora. Novos interrogantes, novos panoramas... e pouco tempo para afastar-se da vertigem dos títulos e tirar conclusons.

Som tempos de reptos e acontecimentos novos. No 25 de julho, dia da Galiza, umha única manifestaçom percorre as ruas de Compostela abrindo o que pode ser umha nova fase no movimento soberanista galego. Ademais, muitas das cabeças que ali desfilárom tinham a olhada posta nas futuras lides eleitorais, com eleiçons estatais e galegas próximas, e com possibilidade de nas novas cámaras legislativas se abrir o debate sobre o modelo constitucional. Que papel jogarám as forças galegas em todo esse processo? Com que energias chegam? E que vai trazer essa via institucional?

Todo isto acontece numha situaçom única na recente história do nacionalismo galego de esquerdas. Por umha banda, um dos seus setores decidiu pactuar com as delegaçons galegas das forças de esquerda estatais, umha coligaçom que foi um sucesso em várias localidades nas últimas eleiçons municipais. Por outra banda, outro setor deixou de edulcorar as reivindicaçons nacionais, reforçando assim as suas posturas soberanistas e populares e mantendo o seu poder simbólico. Novos interrogantes, novos panoramas... e pouco tempo para afastar-se da vertigem dos títulos e tirar conclusons.

E, no entanto, o paro, a migraçom, os despejos, os conflitos laborais, os cortes em serviços públicos e todos os planos da ofensiva capitalista continuam vigentes no nosso pais.

O jornalismo convencional, ou mais bem a prática extensa do marketing, é um dos pais dessa vertigem de títulos e cruzamentos de acusaçons. Uns descursos eles próprios presos dos ritmos acelerados. Mas o nosso jornalismo, o deste jornal que tés nas maos, nom se carateriza por nada disso. Nestes momentos, sermos cientes de como esses tempos acelerados estám a afetar-nos também como recetoras e produtoras de informaçom, reforça a nossa decisom de dar-nos um tempo, nom só para colher forças e ordenar este projeto, mas também para reflexionarmos sobre estes contextos novos e oferecer ao nosso público ferramentas ótimas para o debate e a transformaçom social e nacional.

EDITORA
A.C. Minho Media

CONSELHO DE REDAÇOM
Aarón López Rivas, Rubén Melide, Xavier Miquel, Raul Rios, Xoán R. Sampedro, Olga Romasanta, Béti Vasques, Alonso Vidal e Ana Viqueira

COORDENAÇOM: Xoán R. Sampedro

SECÇONS
Cronologia: Iván Cuevas / **Economia:** Raul Rios / **Mar:** Afonso Dieste / **Media:** Xoán R. Sampedro e Gustavo Luca / **Além Minho:** Eduardo S. Maragoto / **Povos:** José Antom 'Muros' / **Dito e Feito:** Olga Romasanta / **A Denúncia:** Iván García / **Desportos:** Anjo Rua Nova e Xermán Viluba / **Consumir Menos, Viver Melhor:** Xan Duro / **A Criança Natural**: Maria Álvares Rei / **Agenda:** Irene Cancelas / **A Revista:** Rubén Melide / **A Galiza Natural:** João Aveledo **Língua Nacional:** Isabel Rei Samartim / **Criaçom:** Patricia Janeiro / **Cinema:** Xurxo Chirro, Iván García Ambruñeiras e Julio Vilariño

MAQUETAÇOM: H. Carvalho, Manuel Pintor

FOTOGRAFIA
Arquivo NGZ, Sole Rei, Galiza Independente (GZI-Foto), Zélia Garcia, Borja Toja

AUDIOVISUAL: Galiza Contrainfo

HUMOR GRÁFICO
Pestinho, Xosé Lois Hermo, Gonzalo, Ruth Caramés, Pepe Carreiro, Mincinho, Beto

FECHO DE EDIÇOM: 23/07/2015
CORREÇOM LINGÜÍSTICA
Xiam Naia, F. Corredoira, Vanessa Vila Verde, Mário Herrero, Javier Garcia, Iván Velho, José Dias Cadaveira, Albano Coelho

COLABORAM NESTE NÚMERO
Ruth Caramés, Carlos Taibo, Ximena González, Susana Sanches Arins, Gustavo Luca, Adrián Dios, Unai Brea, Óscar Valadares, Carlos C. Varela e Xurxo Borrazás.

D. LEGAL: C-1250-02 / As opinions expressas nos artigos nom representam necessariamente a posiçom do periódico. Os artigos som de livre reproduçom respeitando a ortografia e citando procedência.

OPINIOM

Quero lembrar

Carlos Taibo

Hoje, quando tantas gentes estão enfeitiçadas com as expetativas que se derivam de eleições, parlamentos e instituições, enquanto assistimos a uma manifesta desmobilização social e laboral,

quero lembrar que há muita gente que segue a trabalhar em movimentos sociais firmemente decididos a manterem uma autonomia e uma independência inegociáveis;

quero lembrar que nos últimos anos se abriram caminho muitos espaços autónomos autogestionados, desmercantilizados e, talvez, despatriarcalizados, de tal maneira que uma das nossas urgências deve ser fazer possível a sua federação e acrescentar a sua dimensão de contestação do capital e do Estado;

quero lembrar que essas pessoas das quais falo seguem a acreditar na democracia e na ação diretas, consideram que ninguém deve representá-las e defendem o apoio mútuo;

quero lembrar que para essas pessoas a perspetiva da autogestão em todos ámbitos é vital, e que qualquer terreno ganho em proveito da autogestão é terreno perdido pelas instituições;

quero lembrar que aos olhos dessas gentes não é suficiente com criticar o que carreta a proposta neoliberal hoje imperante: a nossa tarefa principal deve consistir em terminar, pelo contrário, com o capitalismo. Não se trata de procurar uma saída social à crise. Trata-se de encontrar uma saída global ao capitalismo;

quero lembrar que só em virtude duma triste superstição é possível concluir que o Estado é uma instância que nos protege. Nada mais perigoso que esquecer a dimensão repressivo, militar, policial, burocrática e carcerária própria da instituição Estado;

quero lembrar que quem esquece os sofrimentos dos presos está a retratar infelizmente o que de facto é um apoio sem fendas à repressão que padecemos;

quero lembrar que há muitas gentes que rejeitam o que significam, em todos os ámbitos da vida, personagens e líderes que reproduzem a lógica vertical, autoritária e manipuladora do sistema que nos oprime;

> Não é suficiente com criticar o que carreta a proposta neoliberal hoje imperante: a nossa tarefa principal deve consistir em terminar, pelo contrário, com o capitalismo

quero lembrar que, se há muitas razões para não pagar a dívida que colocaram sobre as nossas costas, temos, porém, três grandes dívidas que enfrentar: com as mulheres, com as gerações vindouras e com muitos dos habitantes dos países do Sul;

quero lembrar que o colapso está muito mais perto do que uma olhada superficial invita a imaginar. Frente ao risco correspondente temos a obrigação urgente de decrescer, desurbanizar, destecnologizar, despatriarcalizar e descomplexizar as nossas sociedades.

Quero lembrar todo isto por se alguém, infelizmente, o esqueceu.

Espanha é a nossa ruína

Ximena González

Sempre gostei de olhar essa frase nas pintadas nos muros do nosso país, identifica de forma exacta a que as nacionalistas achamos chave da nossa liberaçom nacional e social: o combate fronte ao espolio dos nossos recursos por parte dum estado capitalista que nos nega como povo. Hoje é como bem sabemos todas cousa de gente ráncia que vive com a morrinha de aqueles tempos pretéritos nos que já debatíamos sobre os efeitos do *spray* e os CFC no meio natural e se mudar ou nom de material para fazer berrar os muros.

Algo começou a ir mal o dia que lhe metérom cardamomo ao gintonic, é a melhor teoria que se me ocorre a 40º de calor à sombra numha cidade na que hoje o nacionalismo nom terá voz nos próximos quatro anos no Concelho para explicar o que esta passando nos debates sobre as táticas e estratégias do soberanismo para atingir a hegemonia social e a liberaçom nacional (cada vez que leades um *palavro* podedes porvos um chupito) e o assalto às instituiçons essas desde as que imos organizar o povo para salvar-nos e para que a erva dos parques este sempre bem cortadinha.

Imos para dous meses de novas corporaçons e seguimos com o debate dos salários dos políticos quando ainda nom aclaramos o debate prévio sobre o que é exactamente isso de ser política/o, quem reparte os cartons, cada quanto saem vagas para ocupar os postos, quando se deixa de pertencer a tam nobre categoria e em que percentagem se tolera a adscriçom política partidária para poder participar das reflexons públicas, privadas, individuais e coletivas sobre o que cumpre fazermos para somar vontades à causa soberanista no sítio de seguir a discutir entre as que já sabemos as respostas das outras mesmo antes de começar o debate.

> Seguimos com o debate dos salários dos políticos quando ainda nom aclaramos o debate prévio sobre o que é exactamente isso de ser política/o

Suponho que debatimos dos salários das representantes públicas porque é unha questom fundamental para a liberaçom social e nacional deste país, doutro jeito nom se entenderia que esse debate ocupe mais tempo que as medidas de emergência social para resgatar às pessoas, a economia produtiva e a normalizaçom da língua por falar de três das teimas que temos as soberanistas. Por novidade nom é, porque mira que há anos que concelheiras soberanistas chegárom às instituiçons e reduzírom as suas asignaçons e estabelecérom ademais unha parte para a causa política que defendemos todas (todas as que a defendemos, claro).

A parte que eu nom entendo dos novos debates é essa na que as cidades galegas formam tándem com cidades espanholas e de outras naçons do estado e nom com cidades e vilas do próprio país. Será cousa do sujeito político este novo do que tanto se fala que ademais de líquido é correento e provoca que agora desloquemos o debate à centralidade do tabuleiro de Madrid quando há cinco anos apenas nom nos valia deslocá-lo ata o Berço.

Será cousa de que ademais de independentista som feminista, duas dessas categorias/etiquetagens/ideologias que nunca estám de moda e nunca som *molonas*. Essas que vivem contra o estabelecido com firmeza. Ou pode que seja unha visom sesgada pola minha cercania com Alhariz, essa vila que foi rebelde, contestatária, transformadora, vanguarda das luitas populares ao assalto do poder e hoje exemplo de Concelho ao serviço da sua gente antes incluso de que se inventasse isso que agora chamam nova política.

Sobre um dos temas que temos pendente eu digo que melhor pintura a água e se estamos de acordo nisso, imos fechando algum debate.

OPINIOM

Manuel Maria não é tia

Susana Sanches Arins

Manuel María, é tío ou é tía?
Os da ría

Alguém pensará que sendo reintegrante, embora um algo misógino, nunca Carvalho Calero será protagonista do Dia das Letras Galegas, mas a realidade é diáfana: ficou por diante de Xela Arias nas votações

Escolhem Manuel Maria para confundir-nos e, na confusão, calar-nos. Escolhem o Poeta Nacional, que dizem alguns, para que as maiúsculas nos aturdam e narcotizem: e terás algo que dizer desta escolha, após à filgueirada? Manuel Maria, com biografia exemplar, implicação social e cultural na base, na raíz, boa qualidade literária, obra avonda e variada, nada suspeito de conivências regimónicas... mesmo com nós, as inadaptadas reintegrantes, simpatizava.

Sempre foram os bufões da corte que metiam o dedo no olho do real, apampado a admirar luzes cegadoras. Não temem os bobos maiúsculas e nomes compostos. E eu, meio boba, mulher inteira, dou com a pergunta em sa-tírica cantiga: Manuel Maria é tio ou é tia?

Não há lugar a ambiguidades queer, a indefinições identitárias: Manuel María não é tia. De sê-lo, estariamos a comemorar Carvalho Calero, que também não era tia, embora reintegrata.

Alguém pensará que sendo reintegrante, embora um algo misógino, nunca Carvalho Calero será protagonista do Dia das Letras Galegas, mas a realidade é diáfana: ficou por diante de Xela Arias nas votações. Porque se algo é mais alheio à Real Academia Gallega que o ene agá ou o ce cedilhado somos as mulheres.

Já o ano passado aprendemos, a imitação daquele *antes roja que rota*, que para a RAG, vai antes um franquista que uma mulher. Mas também aprendemos que a sociedade detecta melhor a desmemória que a a discriminação de género.

Como Manuel leva um María de segundo e a UPG na biografia, já não doem prendas. Já a RAG é boazinha, já não é essa instituição que há um ano defendia as elites desde um eruditismo asético, nem aquela que não sabia mirar o futuro, nem aqueloutra compracente com Núñez Feijoo. Já a MNL não tem nada a dizer, nem Manuel Rivas, nem Fran Alonso, nem Bernardo Máiz. Já todas podemos dar salvas de palmas e admirar o acerto da RAG, essa instituição que, de súbito, escuita o clamor social que há um ano silenciavam os grossos muros da rua Tabernas.

Porque não é problema que Manuel María não seja tia. Nem que levemos um tanteio de 52-3, malheira esmagadora.

A mim dói-me muito este silêncio de hoje. Esta sensação de que já está tudo arranjado. De que Manuel Maria é um pedido de desculpas após o filgueiraço e que sim, que já, que o que passou passado é, e todos amigos e não andemos às voltas.

Porém, eu sei: Manuel Maria não é tia.

ENCE disfarça-se de ‘Património da humanidade’

Gustavo Luca

Em Austrália assumem que em determinadas condiçons o lume nom precisa de mao leve que o chante

Num mapa florestal da península ibérica, aparecem quatro grandes massas de eucalipto que rodeiam as fábricas de pasta de Lourizám (Ponte Vedra) Návia (Astúries) e Viana e Figueira da Foz em Portugal. A árvore de crescimento rápido de Tasmânia espera a demanda das transformadoras de celulose num armazém a céu aberto e a densidade do mato cresce progressivamente formando umha circunferência de centos de quilómetros que tem no centro umha fábrica.

Das quatro grandes nódoas peninsulares a mais pálida é a de Huelva, que vém de fechar a fábrica de pasta. O seu depósito a céu aberto fornece agora as celuloses de Portugal. A de maior densidade é visivelmente a da Galiza, o espaço mais eucaliptizado do subcontinente europeu, segundo denunciam Carrere e Lohman no seu livro "Pulping the South". A começos da década de 70, o primeiro inventário florestal calculava em 130.000 hectares a extensom da árvore de Austrália. O último censo dos 90 fala de crescimento excessivo e desordenado que excede o 25% do País. As protestas desses anos contra a banalizaçom da paisagem e o estrago da anterga e feraz disposiçom para as grandes caducifólias, decidem a Junta de Fraga fazer um inquérito que revela a péssima opiniom da populaçom galega sobre o eucalipto. Umha iniciativa legislativa popular que exige a defensa do monte e a imposiçom de limites ao inço, obriga a Junta a regular as condiçons de corta e planta de árvores.

A ausência de control sobre o cumprimento das normas, permite destinar as achegas de promoçom de frondosas à compra de prantons de eucalipto. A Junta do PP atua como agente colaborador de ENCE e das empresas de tabuleiros e manifesta um desleigo completo sobre o impacto ambiental do crescimento sem medida da espécie pirófita. De feito, a curva ascendente dos lumes é coincidente com a extensom desta espécie que em Austrália chamam "árvore do demo". Nos diários australianos, as crónicas dos lumes no mato nom reparam nunca nos agentes causantes já que assumem que com determinadas condiçons de temperatura e vento seco, o lume nom precisa de mao leve que o chante.

A subordinaçom da autonomia neo-franquista aos interesses da industria transformadora da árvore de Tasmânia, o abandono de terras de labor, provocado por umha Política Agrária Comunitária liquidadora da agricultura e umha economia monetarista que renova o secular exílio galego, permite que solos de excepcional qualidade acabem servindo de assento à madeira de mais baixo preço do mundo.

O Concelho de Vigo promove nestes dias ativamente a declaraçom pola UNESCO de Património da Humanidade para as Ilhas Cíes. O programa fundacional do parque estabelecido no arquipélago das Rias Baixas, declarava como prioridade a corta do eucalipto plantado nos 80 e a replanta de caducifólias. O caciquismo de ENCE ganhara a partida ao parque mediante provas (entre outras do seu centro de investigaçom florestal de Lourizám) da espécie australiana estar plenamente aclimatada no bosque húmido atlántico. Umha intervençom semelhante defende o eucalipto como espécie naturalmente integrada nas ilhas de Sam Simom, Tambo e Cortegada e no parque de Cotorredondo. A entrega de espaços simbólicos da flora do país aos interesses de ENCE, forma parte da desesperada campanha por crucificar por 75 anos mais (quer dizer, para privatizar definitivamente) o paraíso vegetal Lourizám e a sua beira dourada, a beira mesmo dum Património da Humanidade chamado Pontevedra.

ACONTECE

PONTE VEDRA MANTÉM DOTAÇOM PARA AS TOURADAS

Os votos em contra do BNG e do PP chumbárom umha moçom para retirar as subvençons que o concelho destina à empresa gestora da Praça de Touros. O texto, apresentado pola Marea, pedia anular o contrato, valorado em 47.500 euros.

AVARIAS E CARÊNCIAS NAS RESIDÊNCIAS DE IDOSOS

Os centros de atençom a pessoas idosas nom tenhem adquirido ainda camas articuladas, padiolas e guindastes que a Junta prometera para antes do verao, polo que a CIG exigiu a demissom da conselheira de Bem-estar Beatriz Mato.

A CASA POUSADOIRA DE MINHO FOI O LOCAL ELEITO PARA UMHA FIM DE SEMANA DE INTERCÂMBIO DE SABERES

Ilusom e muitas ideias no primeiro encontro ‘Mulheres em Transiçom’

O.R. / Casa Pousadoira (Pousadoira, Minho) foi o espaço eleito para acolher as trinta mulheres de distintos pontos do país, idades, e projetos que decidírom juntar-se no passado 20 e 21 de junho no I Encontro Mulheres em Transiçom para partilhar saberes, tempo, dúvidas, e medos. Umha fim de semana de sol (e solstício) num lugar que opera já como centro para a resiliência, de preparaçom e formaçom para uns tempos pós-petróleo que aguardam à volta da esquina. A comida rica e bem pensada, o espaço para crianças, os quartos arrumados: a Casa converteu-se num espaço de cuidados e convívio, antes do que num lugar asséptico onde se vai a ouvir palestras.

Lidia Senra, Olalha Barro, Charo Lopes, Nuria Otero, Paula Vázquez, Marta Garcia, Begonha de Bernardo, Verónica Serantes, Teresa Rodriguez e Tareixa Ledo dinamizárom obradoiros e conversas onde se abordárom do intelecto, o corpo e as emoçons alguns dos lugares comuns para as pessoas que estám tratando de construir umha alternativa ao sistema capitalista e os seus valores.

Decrescimento e bom viver: da teoria à vida

“Há décadas que os teóricos do decrescimento anunciárom o pico do petróleo que estamos a viver”, comentava Begonha de Bernardo. Agora toca ver como transforma isso as nossas vidas, do o consumo e a alimentaçom até as relaçons, os desejos, ou os ritmos. Precisamente de tempos se falou muito ao longo de toda a fim de semana: “a primeira guerra é contra o nosso próprio ritmo” -afirmavam Olalha e Charo na mesa dedicada ao bom viver-, “temos que despatriarcalizar os tempos, parar-nos”, abandonando um sistema produtivo que nom pom por diante as pessoas.

Viver bem, atendendo às necessidades básicas e longe das dinâmicas do crescimento é umha prioridade para as participantes do Encontro, que na sua maioria mora no rural, e intenta ser o mais autos-suficiente possível. “Aqui umhas fazemos mel, outras recuperamos sementes, outras fórmulas tradicionais para gerir coletivamente o território ou a nossa saúde, mas todas estamos luitando por construir um sistema novo”, comentou-se enquanto umhas e outras se intercambiavam recursos e ideias. Para poder empreender essas batalhas “falta rede, falta comunidade”, mas na nossa própria tradiçom há já pequenos fitos que falam dum outro jeito de fazer as cousas, como pode ser “o monte em mao comum, as luitas pola terra, ou a linguagem inclusiva e empática”.

Os saberes tradicionalmente ocupados e transmitidos polas mulheres, “sustentadoras da vida, e encarregadas desse trabalho invisível e imprescindível que som os cuidados” estivérom presentes ao longo de todo o Encontro. Outras formas de criar e de parir, outra maneira de entender e atender o corpo, outras relaçons com umha própria e com o resto das pessoas: modelárom-se fórmulas apoiadas no indigenismo o saber popular, mas também nas luitas das mulheres e as novas necessidades.

Houvo também tempo para a festa e para o rito; os recunchos de Casa Pousadoira enchérom-se por momentos de dança, percusom, conversa e celebraçom do solstício.

Fiar o presente para tecer o futuro

O Encontro rematou com umha dinámica para integrar as ideias de toda a fim de semana e articular os próximos passos. As ideias mais repetidas fôrom o desejo de viver em comunidade e recuperar a ideia de tribo, a autogestom, os cuidados e autocuidados, e a necessidade de espaços e tempos com outras mulheres. Debuxárom-se também algumhas açons concretas, que manifestárom a vontade de seguir caminhando, e mesmo de constituir Mulheres em Transiçom como coletivo. Gerar um listado de recursos ou um mapeio de projetos afins, difundir o material das palestras, ou divulgar estas ideias em espaços mistos fôrom só algumhas das ideias nas que se puxo o acento numha fim de semana heterogénea e intensa.

LALIM, CONCELHO LIVRE DE DESPEJOS

O governo municipal de Lalim, em maos de CxG, vem de apresentar umha moçom para que o concelho ponha "todos os meios precisos" para que nengumha pessoa seja expulsa da vivenda quando esta for "habitual e única". Solicita, aliás, que nom se facilitem meios para colaborar nos despejos e que se adotem medidas contra os bancos que os executem.

VIZINHANÇA DE FISTERRA RESGATA ARQUIVOS HISTÓRICOS

O Concelho de Fisterra, quarenta vizinhas e duas restauradoras ponhem em andamento umha atividade voluntária para catalogar e restaurar por volta de 5.000 livros do arquivo municipal danificados pola humidade. A vila é umha das poucas da Galiza que nom tem biblioteca pública, estando os livros repartidos por distintas dependências municipais.

ANA MIRANDA, EURODEPUTADA DO BNG E INTEGRANTE DA TERCEIRA FLOTILHA DA LIBERDADE

"Israel trata de demonizar qualquer tentativa de exercer solidariedade com o povo da Palestina"

RUBÉN MELIDE / **Na madrugada do 29 de junho, um comando da Armada de Israel abordava em águas internacionais o 'Marianne', um pesqueiro sueco que fazia parte da terceira Flotilha da Liberdade, cuja intenção era a entrega de ajuda humanitária ao povo de Gaza e a difusão a nível internacional da situação na faixa. O navio foi conduzido para o porto israelense de Ashdod e dezoito pessoas foram detidas, entre elas Ana Miranda, integrante do Parlamento Europeu pelo BNG. Uma vez de volta no país, o NOVAS DA GALIZA fala com ela sobre diversos aspetos da experiência solidária.**

Como é que se organiza a Flotilha da Liberdade? Quais as razões de uma eurodeputada galega se ver envolvida numa travessia rumo a Gaza?

A Flotilha da Liberdade organiza-se desde um protocolo internacional que se denomina *Freedom Flotilla* e de que fazem parte vários coletivos procedentes dalguns estados. Há tanto seções da BDS como grupos organizados expressamente para empreender esta viagem que visa romper com o bloqueio a Gaza. Desde o Estado espanhol, a iniciativa *Rumbo a Gaza* promoveu a adesão de diversos participantes. A nós chegou-nos o convite pela via da BDS-Galiza, não tanto como organização política, mas com o intuito de envolver pessoas implicadas internacionalmente que pudessem colocar na cena o problema palestiniano.

Para mim foi uma honra representar o nosso país como única galega a bordo do *Marianne*, e poder exercer assim a solidariedade internacionalista. Desde 2009, vem-se fazendo uma convocatória, cujo resultado foi no primeiro ano a viagem do *Mavi Marmara*. Até 2012, tratou-se de conseguir apoios, especialmente através de doações voluntárias, para poder financiar o barco. A iniciativa tem base na Suécia, mas na Flotilha há também houve barcos gregos. A iniciativa tem caráter simbólico, com o objetivo de denunciar o bloqueio de Gaza e a situação humanitária que vive o povo da faixa.

Imaginamos que numa iniciativa destas caraterísticas, o fator humano é de vital importância. Que pessoas iam a bordo do *Marianne*? Como foi a convivência no barco?

Se houvesse que escolher, a questão seria integrar pessoas com muito compromisso internacionalista e também com muita temperança, porque ali um dos requisitos fundamentais foi o emprego da resistência passiva. De facto, estivemos a nos preparar muito com o Bob Lovelace, que é um professor canadense especialista em processos de descolonização, e ao mesmo tempo na resistência passiva nos movimentos sociais, no seu caso em relação com a problemática indígena. Precisa-se de gente que saiba fazer frente a si-

CRONOLOGIA

10.06.2015 / Alberto Núñez-Feijoo é condecorado polo presidente de Portugal com a Ordem do Infante D. Henrique, pola aprovaçom da ILP Paz Andrade.

11.06.2015 / Pacientes e pessoal cenificam umha performance às portas do Hospital do Salnês para mostrarem as consequências do feche do terceiro andar do centro, efetivo o 1 de julho.

12.06.2015 / Falece um trabalhador após ficar atrapado numha máquina no polígono da Gándara (Porrinho).

14.06.2015 / Sofía Santos Pérez demite como presidenta do padroado do CGAC trás a polémica eleiçom do novo diretor.

15.06.2015 / Pablo González Cacheiro rejeita ser deputado provincial para nom coincidir com o também popular Javier Caínzos, relacionado com as preferentes por ter sido conselheiro de Caixa Galicia.

16.06.2015 / O Faiado da Memoria organiza expediçom a Cortegada para homenagear os colonos e reclamar a abertura dum museu na ilha.

17.06.2015 / Umhas 200 pessoas manifestam-se na Ponte de Domingo Flores (Cabreira) polo corte durante um mês da estrada que vai a Ponferrada.

19.06.2015 / Ministério de Pesca inicia processo sancionador contra sete empresas, relacionadas com Vidal Armadores, com sede em Ribeira, por pesca ilegal na Antártida.

20.06.2015 / Centos de pessoas reclamam o fechamento da Ence em Ponte Vedra.

21.06.2015 / Umhas 200 pessoas manifestam-se na Corunha para reclamarem a vacina da meningite B.

22.06.2015 / Mais de duzentas pessoas participam na Veiga (Eu-Návia) numha marcha pola igualdade e contra todo tipo de discriminaçons.

23.06.2015 / Centos de emigrantes retornados manifestam-se em Compostela para reclamar umha prórroga no período estabelecido polo Governo espanhol para a regularizaçom das pensons.

24.06.2015 / Manuel Martínez, alcalde socialista de Bezerreá apartado da carreira à presi-

41 COMARCAS NOM ATINGEM A MÉDIA DE RENDA DA GALIZA

A renda per capita na Galiza é de 19.599 euros/ano, cifra que só atingem doze das 53 comarcas e 41 dos 313 concelhos. Segundo dados oficiais, é o Eume a comarca que tem um maior PIB por habitante, 44.215 euros. Isto é, o duplo da média galega e cinco vezes a riqueza da comarca com a renda per capita mais baixa, a Baixa Límia.

XULIO FERREIRO APREGOA UMHAS FESTAS RODEADO DE 'RAÍNHAS'

O alcaide da Corunha, Xulio Ferreiro, deu o pregom das festas do bairro dos Castros acompanhado de nenas 'rainhas' e 'damas de honra'. O regedor é o máximo representante dumha instituiçom pública que se compremeteu a fazer da igualdade umha política transversal a todas as áreas de governo após ganhar as eleiçons de 24 de Maio.

tuações de risco, pois este era um contexto extremamente arriscado. Essa implicação pessoal vai unida a um compromisso político: todas as pessoas que estávamos ali tínhamos um compromisso com a causa da Palestina que não é novo. Essa circunstância fazia-se sentir muito nas conversas que mantínhamos.

A convivência foi magnífica, ainda num espaço muito reduzido, porque o barco tinha vinte metros, incluídos espaços comuns como o banheiro ou a cozinha, muito pequena para dezoito pessoas. Nos camarotes cabiam mais ou menos sete pessoas, ficando o resto a dormir fora. Aliás, com o calor, a água e as trovoadas, não se parava ali. A convivência implicava muita tolerância e muito respeito. Repartíamos as tarefas em turnos de quatro horas de trabalho, num ambiente de solidariedade. A implicação pessoal e política facilitava muito as cousas.

É conhecido o episódio de 2010, em que dez pessoas integrantes da Flotilha foram mortas pela armada israelita. Passaste medo durante a detenção?
Esta foi a terceira Flotilha da Liberdade. A primeira, em 2010, foi a do *Mavi Marmara*, um barco turco em que viajavam mais de 300 ativistas de todo o mundo. Nessa ocasião, Israel matou dez pessoas, todas elas turcas, o qual supunha uma *vendetta* contra o Estado turco. Naquela intervenção desmesurada foram empregues todo o tipo de elementos militares. Na viagem da segunda Flotilha, a intervenção também foi violenta, mas com a limitação do que acontecera com o *Mavi Marmara*. A opinião pública internacional naquele momento indignou-se com Israel, que pediu desculpas públicas, ainda que depois desfruta de total impunidade, como bem sabemos.

Dada a situação prévia, seguramente agora não iam cometer nenhuma atrocidade. Medo há, logicamente, porque aparecem quarenta soldados com a face coberta e com um armamento impressionante. Passamos medo quando atacaram membros da tripulação e ouvimos os berros: medo pelos demais, por uma própria, pelo que pode acontecer, pela incerteza. Depois passamos trinta e cinco horas retidas no barco enquanto navegava, até chegarmos ao porto de Ashdod. Houve situações de intimidação, como quando nos requereriram o código do telefone com a pistola na mão ou quando nos proibiram ir à casa de banho. Porém, acho que prevaleceu a sensação de que estávamos a fazer o correto, e isso dá força para controlar o medo.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, qualificou a viagem da Flotilha como um "ato de hipocrisia que procura favorecer o Hamas". Aliás, referiu-se à vossa viagem como se de uma ação violenta se tratasse…
Efetivamente. Netanyahu falou da "Flotilha do Terror" e disse que nos botaria "contra as pedras". Um dos barcos, o *Juliano*, que se encontrava na Grécia, apareceu sabotado. Não sabemos quem realizou a sabotagem, mas podemos imaginá-lo. A rutura da hélice só pôde ter sido realizada por mergulhadores. Houve um outro barco que teve um problema de motor, e assim cousas estranhas…

No nosso caso, desde as 150 milhas de viagem, sofremos um seguimento a 20 milhas de distância por dous barcos dos quais não éramos capazes de saber o estado, nem o pavilhão nem o tipo de barco que era. Seguiram-nos desde a costa grega. Na noite do 29 de junho, nunca o esquecerei, estávamos três pessoas na ponte de mando. Eu estava a olhar para o ecrã do radar, e vimos como se chegavam aqueles barcos. Avisamos o capitão e tomamos posições, preparando-nos para uma eventual abordagem. Propuseram ao capitão uma negociação, arguindo que estávamos a entrar em águas de Israel, cousa que não era verdade: estávamos em águas internacionais com pavilhão sueco e a realizar uma missão humanitária, consistente em romper o bloqueio ilegal sobre Gaza. O portavoz da flotilha na Suécia, Dror Feiler, que é hebreu, começou um diálogo com eles, em que também interveio o deputado árabe-israelita Bassel Ghatas, que foi fundamental na medida em que goza de imunidade parlamentar e é uma pessoa muito conhecida em Israel.

A hipocrisia governamental é gritante: chegaram a dizer que, como nós estávamos a executar uma ação violenta, eles se viam também obrigados a empregar a violência. O trato que os militares deram à tripulação foi violento e denigrante, chegando a empregar descargas elétricas contra os tripulantes, que depois foram algemados. No que diz respeito ao nosso suposto relacionamento com o Hamas, é óbvio que Israel trata de demonizar qualquer tentativa de exercer a solidariedade com o povo palestiniano. Uma vez no porto de Ashdod, fomos retidas por bastantes horas, para além de sermos recebidas por uma multidão portando bandeiras de Israel.

Que repercussões pensas que podem ter experiências como esta no conflito e na opinião das sociedades europeias ao respeito?
Em primeiro lugar, a Flotilha colocou a questão à vista da opinião pública internacional, e ao mesmo tempo rompeu o bloqueio sobre Gaza. Um barco que parte da Suécia e recala em diversos portos europeus -entre eles o de Bueu- gera uma repercussão importante. A nível do governo espanhol, não realizaram nenhuma declaração pública nem contato connosco, limitando-se a agir no último momento, quando não tinham mais remédio. O mais importante é a difusão, visando o reconhecimento da Palestina e a visibilização da situação de bloqueio sobre a faixa, a vulneração de direitos humanos, o controlo dos recursos por parte de Israel e a situação de *apartheid*.

CRONOLOGIA

dência por estar imputado por malversaçom, vota em branco e dá a Deputaçom de Lugo a Elena Candia, do PP.

25.06.2015 / Nós-UP anuncia a sua dissoluçom .

26.06.2015 / Seareiros de "Diablos verdes" vinculados ao fascismo dam umha malheira a um independentista em Ferrol.

27.06.2015 / Morre Xosé Enrique Casanova, agente florestal, quando sofucava um incêndio em Guntim.

28.06.2015 / Meio milhar de gadeiros concentram-se em Curtis contra as práticas abusivas de Leite Rio.

29.06.2015 / 'Marianne de Gotemburgo', barco da 'Flotilha da Liberdade' no que viajava a eurodeputada do BNG Ana Miranda, é assaltado polo exército israelita em águas internacionais.

30.06.2015 / Umhas 400 pessoas concentram-se no Obelisco da Corunha para protestar contra a Lei Mordaza.

01.07.2015 / Ferido de gravidade José Luis Velo Gómez, trabalhador pontecessano de 47 anos, na nave na que trabalhava. Ao dia seguinte, morre no CHUAC da Corunha.

02.07.2015 / Três mortos na explosom da Pirotécnia Abad, de Leiro.

03.07.2015 / Parelha é achada morta em Arvo, num presumível caso de violência machista.

04.07.2015 / Nasce Agora Galiza, nova organizaçom política independentista.

05.07.2015 / Unesco reconhece o Caminho Norte a Compostela como Património da Humanidade.

06.07.2015 / Cria-se a Plataforma pola Defesa do Sector Lácteo Galego, para exigir medidas urgentes ante a situaçom de baixos preços e ameaças de nom recolhida da produçom.

08.07.2015 / Encontro por umha Maré Galega fai público manifesto de cara a conseguir umha candidatura assemblearia galega para as eleiçons estatais.

09.07.2015 / Trabalhadores de Abanca concentram-se diante da sede da entidade na Corunha para protestar contra os

OS CUSTOS ECONÓMICOS SERÁM FINANCIADOS ATRAVÉS DE CROWFOUNDING

Que Voltem Para a Casa recorrerá em Estrasburgo o julgamento do 24-J

NGZ / O julgamento celebrado na Audiência Nacional entre 24 e 26 de julho de 2013 marcou um antes e um depois na estratégia repressiva contra o independentismo galego. Por vez primeira, um tribunal dava crédito à existência de Resistência Galega como organizaçom terrorista e, consoantemente, condenava quatro pessoas a umha inédita pena conjunta de 64 anos de prisom. Nesse julgamento, segundo assinala a associaçom de familiares e amizades de presas e presos políticos galegos Que Voltem Para a Casa (QVPC), cometêrom-se diversas irregularidades contrárias ao recolhido no Convénio Europeu de Direitos Humanos, como dar por concluída a prova pericial antes de que os peritos da defensa pudessem desenvolver o total da sua intervençom.

Ante estes factos, QVPC vem de apresentar umha Demanda por Vulneraçom de Direitos Humanos perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), o órgao encarregado de velar polo cumprimento do Convénio Europeu de Direitos Humanos. Paralelamente, a plataforma lançou umha campanha de microfinanciamento com a que pretende financiar os custos do recurso, estimados em 6.000 euros.

A base jurídica da demanda, segundo explica o advogado Manuel Chao do Barro para o Novas da Galiza, está na violaçom do artigo 6.1 e 2 do mencionado Convénio Europeu de Direitos Humanos, "em relaçom com o direito a um julgamento equitativo e o direito a nom ser condenado sem provas de cargo válidas". Neste sentido, ademais de à expulsom dos peritos da defensa, QVPC fai finca-pé no facto de as pessoas condenadas (Maria Osório, Antom Santos, Roberto R. Fialhega e Eduardo Vigo) nom serem acussadas de nengum delito concreto para além da suposta pertença a organizaçom terrorista. Por outra parte, a demanda também contempla a violaçom do artigo 6.1 do convénio, referido ao direito à traduçom e interpretaçom.

Por último, a demanda alude à infraçom do direito à presunçom de inocência (artigo 6.2 do convénio), "ao exercer presons o poder legislativo sobre o Tribunal Julgador, mesmo durante a realizaçom do julgamento oral, instando a condena dos acusados por pertença a umha organizaçom terrorista até o momento inexistente", em palavras de Chao do Barro. A defensa refire-se assim às presons realizadas do poder Executivo, caso das declaraçons públicas emitidas polo daquela Delegado do Governo na Galiza, Samuel Juárez, citado como testemunha no julgamentoo.

O procedimento jurídico desta demanda divide-se em duas fases. A primeira é a relativa à admissom da mesma, que já foi apresentada em maio e cuja resoluçom está prevista para fim de 2015 ou princípio de 2016. A segunda fase consiste no ajuizamento e deliberaçom do TEDH, que costuma demorar entre dous e três anos.

Sobre as possibilidades de êxito ou fracasso da demanda, Chao do Barro nom quer aventurar-se, "mais quando se trata de órgaos judiciais que funcionam na sua meirande parte por impulso de *lobbies* e outros grupos de pressom". O advogado explica que, ao se tratar da salvaguarda de direitos humanos fundamentais, nom podem "condicionar a sua denúncia, exclusivamente, ao elemento julgador". Ademais, assinala, "devemos acrescentar o injusto deste julgamento desde o direito a serem julgados por um tribunal minimamente imparcial, ao menos nas formas, situaçom que nom acaeceu".

MAR

Um estudo desvenda que o 75% das conservas de mexilhom usa irregularmente mençons à origem galega do produto

O calote da patronal conserveira

A. DIESTE / "Que nom seja umha novidade nom quer dizer que nom seja um escándalo". Xosé Dios, diretivo mexilhoeiro, considera que o calote conserveiro com este molusco (vendendo como galego um produto que vem de outras zonas como Chile) está em níveis insuperáveis. Algo que confirma, por exemplo, umha prospeçom de mercado realizada polo Conselho Regulador do Mexilhom da Galiza no ano 2014 em diversos pontos de venda, que desvendou que o 75% das conservas usava irregularmente mençons à origem galega do produto.

Aliás, está-se a produzir umha substituiçom de mexilhom por outras espécies de mitilídeos, tal como demonstra o estudo realizado pola Agência Espanhola de Consumo, Seguridade Alimentária e Nutriçom (Aecosan), que constatou que umha de cada três conservas de mexilhom oferece umha informaçom sobre o produto que nom se corresponde com a espécie realmente enlatada. "Calote sobre calote", reitera Xosé Dios, que asssinala à grande patronal conserveira como responsável de esta situaçom. "Já desde há anos apostárom em trazer chorito -mexilhom chileno- para substituir o galego nas conservas. Mas as conservas continuam-nas a vender com reclamos com o 'producto de las rías gallegas' para enganar o consumidor".

Melhorar a etiquetagem

Ante esta situaçom, Conselho Regulador do Mexilhom e Uniom de Consumidores da Galiza assinárom um acordo de colaboraçom que tem por objeto partilhar sinergias entorno a dous eixos: reclamar umha etiquetagem clara e veraz, que garanta a proteçom dos direitos tanto das pessoas consumidoras como das pessoas pertencentes ao tecido socioeconómico do Mexilhom da Galiza; e divulgar entre a cidadania os produtos galegos de qualidade diferenciada, e mais concretamente a Denominaçom de Origem Protegida Mexilhom da Galiza. "A utilizaçom de reclamos comerciais do tipo 'de las Rías gallegas' ou 'sabor a Galicia' em produtos que nom estám certificados pola DOP, umha prática que infringe a normativa europeia, já que nengunha destas mençons garante que o contido seja verdadeiramente galego", assinalam.

AGRO

"Quase todas as sementes com certificado ecológico há que comprá-las a empresas estrangeiras"

ELIA RODRÍGUEZ, PRODUTORA ECOLÓGICA

"Se vás ao campo porque nom tés outra opçom é má cousa"

A. LOPES / Elia atende-nos por volta das 4 da tarde. É a hora em que a podes encontrar na casa pois de manhá e à tardinha, as horas em que menos quenta o sol, é tempo de trabalhar na horta. Elia tem umha exploraçom de duas hetáreas, nas Anças, em Ribadeu, em que se dedica à produçom de horta e também de fruta. Leva com essa exploraçom desde os anos 70 e é umha das pioneiras da agricultura ecológica no nosso país, ao passar-se ao modo de produçom ecológica na década de 90.

MÓNICA AMADO BRANCO

Que foi o que te moveu a dar o salto ao ecológico?
Comecei com a exploraçom agrícola em 78, mas leva em ecológico desde 97. Temos a certificaçom do Conselho Regulador de Agricultura Ecológica da Galiza (Craega) desde 2000, que foi o ano em que se começou a certificar. Nós fazemos comércio local e também cestas para os consumidores.

Daquela começámos a ver que havia um outro modo de produzir, que talvez nom estavamos a empregar o mais correto e queríamos mudar de modelo. Havia muita pouca informaçom, nom se sabia o que era aquilo do ecológico. Sabia-se nos países do norte de Europa, mas aqui nom.

Também tomamos essa decissom por saúde para nós próprias. Andar com tantos tratamentos nom é bom. Queríamos fazer um alimento mais sao e com mais sabor.

Consideras que agora é mais singelo dar esse salto?
Agora sim que há mais informaçom. Antes nom havia nem internet nem telefone nas casas... Daquela nós viajámos bastante, fomos à Alemanha, a Navarra, onde havia já algumha gente que produzia em ecológico. Vás conhecendo cousas e vas-te animando. Na viagem à Navarra subscrevemo-nos à revista 'Fertilidad de la tierra', quando saiu o seu primeiro número já éramos assinantes. Agora todo o mundo sabe o que é ecológico, mas daquela nom era tam fácil.

E a dia de hoje, na vossa comarca, há tecida algumha rede arredor da agricultura ecológica?
Sim que há. Há umha associaçom de consumo e depois está o mercado. O mercado é umhas das melhores maneiras para que a gente conheça o produto e o consuma. Se gosta dele voltará. A nós os mercados parecem-nos umha opçom muito boa e as produtoras tenhem que ir ali e mantê-los. Ademais, há um consumo mais fresco e a bom preço, e trata-se de umha venda direta.

Há gente moça que se achega aos mercados?
Para comprar vê-se gente moça, mas também de todas as idades e muito diferente. Há algumha gente que está mais informada sobre o que é o ecológico e achega-se a nós por isso. E há outra gente que nom se achega porque seja ecológica, mas simplesmente porque é de proximidade. A verdade é umha sorte que o mercado de Ribadeu sobrevivesse e funcione bem, algo que nom aconteceu em outras localidades do pais.

Achas que a gente moça está a se animar para se fazer produtora?
O número de produtoras em ecológico vai em aumento. Um produto que está em auge agora mesmo é a castanha, é um dos produtos que mais abonda no nosso país e tem boa saída cara a Europa.

E que perfil tenhem essas novas produtoras?
A gente que se mete a cultivar é gente moça. Normalmente, som gentes que tenhem terras mas que os seus pais já nom as trabalhavam. E isso foi algo que passou aqui, um desvinculamento muito forte com o campo. Mas essa gente nova começa sem ter vivido o que é a realidade do campo.

"As produtoras tenhem que manter os mercados locais"

O agro necessita gente, nom haveria assim tanto incêndio florestal como há... Por desgraça, há gente que vai ao campo enquanto nom encontra outra cousa, e quando encontra outra cousa abandona o campo. Se vás ao campo porque nom tés outra opçom é má cousa. É um trabalho ao que tes que lhe ter carinho. Nom é um posto de trabalho como outro qualquer e precisa de muitas mais horas. E também tes que ir procurando informaçom. Há anos que som mais complicados. Este está a sê-lo, pois no verám está havendo muita calor e o inverno, que foi de pouco frio, para alguns bechos que fam praga foi como estar na praia.

Quando passastes a ecológico que práticas deixastes atrás?
Abandonámos os herbicidas, os adubos químicos, e os tratamentos. Agora apenas empregamos os que estám permitidos polo Conselho Regulador. Assim, para o tomate empregamos o caldo bordalês e cola de cavalo para o mildeu. E as más ervas há que controlá-las à mao, retirando-as ti própria. É o mais trabalhoso.

E é muito difícil conseguir sementes em ecológico?
É muito complicado. Quase todas as sementes, com certificado ecológico, há que comprá-las a empresas estrangeiras. A nível estatal começa já a haver algumhas. Logo, nós imos provando e descobrindo cousas, mas trabalhar com semente própria é muito complicado devido aos cruzamentos que se podem dar.

Que papel joga o Craega, organismo do que es vogal, na agricultura ecológica galega?

"É um trabalho ao que tés que lhe ter carinho"

É umha entidade certificadora e está para informar e assessorar. Vai também a feiras e fai promoçom da agricultura ecológica. De momento vai funcionando e vai fazendo visitas ao longo do País. Também, a falta de recursos económicos impede que se poda deslocar por toda a Galiza tanto como quigêssemos.

Podem ser as quotas algo que desincentive a gente nova a fazer a certificaçom?
Dependendo da superfície que tenhas pagas umha quota anual, e logo também 1% daquilo que vendas no mercado com a certificaçom de ecológico. Umha exploraçom nom deixa de ser rendível polas taxas do Craega e vale-che para ter certificaçom no mercado, senom como explicas que o teu produto é ecológico? Como pode sabê-lo entom o consumidor? Através desta certificaçom o Conselho Regulador facilita fazer a exploraçom rendível.

E mantedes contato e rede com outros projetos ecológicos?
Sim, claro. Há umha finca no Valadouro que também produz em ecológico, está Ecoadellao em Lourençá... Também temos contato com um projeto em Astúries que se chama El Cabillón, em Tápia de Casariego. Com esta gente trocamos mercadorias, apoiamonos se nos faz falta algumha cousa, se temos excedentes...

A nossa quinta também participa do projeto de voluntariado Wwoof [siglas de World Wide Opportunities on Organic Farms], polo que às vezes temos gente na casa. Agora temos um inglês e umha italiana, mas cada vez se anima a isto mais gente de aqui.

ECONOMIA

“Os trabalhadores do mundo desenvolvido também perdem nos tratos de livre comércio”

ENTREVISTA COM JORGE ALBERTO LÓPEZ ARÉVALO, PROFESSOR DA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE CHIAPAS

RAUL RIOS / **Nas poucas declaraçons públicas que os governantes do Estado e a UE fam sobre o TTIP (Tratado Transatlântico de Comércio e Investimentos, polas suas siglas em inglês), sempre ocupam um lugar destacado as cifras -surpreendentemente precisas- de criaçom de emprego e crescimento económico. Como calculam as suas previsons é ainda um mistério. O que é certo que nom levam em conta som os precedentes históricos de tratados deste tipo que, com as suas especificidades, existem no contexto internacional. Um deles é o Tratado de Livre Comércio de América do Norte (TLCAN ou NAFTA em inglês), que integra México, os Estados Unidos e o Canadá numha única grande área de livre comércio. O acordo entrou em vigor em 1994 e ainda está vigorante, o que permite contar com umha perspetiva temporal suficientemente ampla para analisá-lo. Esta é precisamente umha das linhas de investigaçom que mantém abertas o professor Jorge Alberto López Arévalo, da Universidad Autónoma de Chiapas (México), com o que conversamos após participar dum seminário organizado polo grupo ICEDE da Universidade de Santiago de Compostela.**

López Arévalo durante a sua expossiçom ante alunos e professores da USC.

Em poucas palavras, em que consiste o Tratado de Livre Comércio de América do Norte?
Denomina-se Tratado de Livre Comércio mas há liberalizaçom de bens e serviços, também dos fluxos de investimento; nom é apenas um tratado comercial em sentido estrito. O único limite é que, a diferença do que na UE, nom há livre mobilidade da mao-de-obra.

Que motivaçons tinha o TLCAN quando se aprovou?
Supostamente, ia contribuir para a modernizaçom da economia mexicana e ia haver umha convergência económica e salarial com os países industrializados. Isso é o que diziam os governantes mexicanos. O argumento era que México se ia ir incorporando ao primeiro mundo. Pois bem, nem houvo convergência económica nem salarial. Hoje o PIB por habitante de México é inferior ao que se tinha quando se assinou o TLCAN e, por outra parte, a diferença salarial é superior à que havia quando o tratado entrou em vigor.

Vinte anos é tempo suficiente para ter umha perspetiva ampla do tratado…
É tempo suficiente para ter umha avaliaçom. Primeiro, cumpre lembrar que os objetivos de convergência em matéria de salários e crescimento económico nom se dérom. México é um país com umha economia bastante aberta e cujas exportaçons crescérom de maneira exponencial. É umha das economias mais importantes em exportaçons manufatureiras do mundo. Algumhas regions e estados do país mais ligados às cadeias globais de valor vírom-se beneficiados em algum tipo de produtos, também agrícolas; mas som setores muito localizados. Nom se pode dizer que os efeios do TLCAN sejam mais ou menos homogéneos, senom que som bastante diferentes em cada regiom e em cada setor económico.

Estas regions que dalgumha maneira fôrom beneficiadas encontram-se na fronteira norte do país e nalguns estados do centro-norte. O crescimento trouxo também emprego e diminuiu a emigraçom nessas regions, mas no resto do país temos um crescimento económico medíocre.

> “As regions mais inseridas no TLCAN som as mais violentas de México”

Quando se lançam propostas para estabelecer acordos comerciais deste tipo, no argumentário dos seus defensores sempre está num lugar destacado a criaçom de emprego e o crescimento. Em México as cifras demonstram que isso nom aconteceu. O que nom dim é que estes acordos tenhem importantes consequências sobre os modelos produtivos dos países implicados. Que supôs o TLCAN para o modelo produtivo mexicano?
Em resumo, distruírom-se muitas das cadeias produtivas internas. Efetivamente criou-se emprego, mas criou-se nos EUA. A emigraçom de mexicanos cresceu de maneira exponencial. Agora mesmo há 12 milhons de emigrantes nos EUA, metade foi-se após a aprovaçom do TLCAN. Ademais, aquelas regions onde se instala a indústria *maquiladora* atraem populaçom, com o que emigra gente doutros lugares do país cara estas ilhas que se criárom nalgumhas zonas.

A Uniom Europeia e os Estados Unidos estám a negociar o TTIP, um tratado muito similar ao TLCAN. Podem-se apreciar diferenças entre ambos acordos?
A diferença tem a ver principalmente com os níveis de desenvolvimento: a situaçom entre a UE e os EUA nom é tam assimétrica do ponto de vista económico como o é entre México e os EUA, um pais subdesenvolvido e umha potência industrializada. Talvez nalgumhas regions europeias sim que seja assimétrica, porque os EUA som mais homogéneos interiormente do que a UE, com regions com maiores níveis de atraso que outras, e pode que tenha impactos de maneira diferenciada em cada umha.

Onde vejo bastante risco no caso da UE é no setor agropecuário, sobretudo no cereal. Os EUA tenhem umhas condiçons agroclimáticas privilegiadas para produzir cereal e querem abrir o mercado europeu para o seu produto. Vam exigir que vaiam diminuindo os subsídios e as transferências ao setor, como já figérom no caso mexicano. Que se liberalize o setor. Pensa que os EUA já exportam 40% dos cereais do mundo.

O TTIP quer harmonizar as legislaçons de cada país tomando como modelo aquelas mais favoráveis aos interesses das empresas. Baseando-se na experiência mexicana, que leitura fai?
Estes tratados negociam-se basicamente para criar condiçons mais favoráveis para as cadeias globais de valor. Há um capital de caráter transnacional que está hegemonizando este processo. Nom querem barreira nengumha, tenhem que harmonizar as legislaçons dos países para beneficiar este capital transnacional, que nom haja obstáculos à livre mobilidade nem de bens e serviços nem de pessoas. Os técnicos nom tenhem problemas de mobilidade e podem adaptar-se à perfeiçom.

Um dos aspetos mais controvertidos do TTIP, que de facto motivou a paralisaçom da sua votaçom no Parlamento Europeu[1], é a cláusula sobre o mecanismo de resoluçom de controvérsias entre investidor e Estado (ISDS), através da qual as empresas poderiam demandar os estados por sumas milhonárias caso estes modificarem as suas legislaçons em sentido contrário aos interesses empresariais. Existe um mecanismo de resoluçom similar no TLCAN?
Existe um Painel de Resoluçom de Controvérsias ao que podem acudir tanto empresas como estados e onde se supom que se tenhem que resolver aqueles incumprimentos ou problemas que surjam na instrumentaçom do acordo comercial. Porém, o peso que tenhem os EUA é de tal magnitude que fai com que as discrepáncias que poda apresentar México prosperem escassamente. Também aí existe um poder assimétrico. Eles vam coidar muito este aspeto, querem que o painel de resoluçom esteja inclinado ao seu favor. O facto de o Parlamento Europeu opor-se é porque com certeza haja negociaçons nom públicas e que [os mandatários europeus] saibam dos perigos que implicaria.

Porei-che um exemplo: Supostamente os camions mexicanos podem entrar livremente nos EUA, mas na prática estám impossibilitados. Aplicam-lhes regulamentos de qualquer tipo e apenas chegam até a fronteira. Os camions dos EUA sim podem entrar. Outro exemplo é o tomate: México tem umha boa produçom e é altamente competitivo, mas os EUA apenas deixam entrar em certos meses, quando as suas tomateiras estám a produzir invocam algumha cláusula.

Até agora México nom pudo romper essas cláusulas extra económicas e barreiras nom arancelárias, apesar de que se supom que o Painel de Resoluçom de Controvérsias deveria abrir caminho. Tenhem os árbitros ao seu favor.

Marcha na cidade mexicana de Puebla para exigir a renegociaçom do capítulo agropecuário do TLCAN

Como afeta o TLCAN as desigualdades geográficas internas em México? Em Europa corre-se o risco de agravar estas desigualdades entre o centro económico e países periféricos como Galiza.

No caso de México tivo um impato diferencial que favoreceu aquelas regions com melhores condiçons de partida. Nas regions mais atrasadas aprofundou-se mais no atraso e a desigualdade incrementou-se. Depurou-se o aparelho produtivo em favor do capital estrangeiro, que tem uns outros níveis de produtividade e competitividade, e isso pode acontecer nas regions da UE com menor grau de desenvolvimento relativo.

Explicas que as regions mais integradas na cadeia produtiva global fôrom as que nom sufrírom tanto incremento da desigualdade, ao contrário daquelas como Chiapas que nom se integrárom nessas cadeias e que vírom aumentar a pobreza. Isso estranhou-me, pois achava que seriam precisamente as regions mais imersas na globalizaçom as que mais sofressem o aumento da pobreza e as desigualdades.

O caso de México é particular. A economia dos EUA pesa muito, México inseriu-se de maneira semi-periférica. Estas regions que participam das cadeias globais de valor tivérom um melhor comportamento em matéria de crescimento económico; mas há que ver o que foi que aconteceu no interior dessas entidades, pois o que antes che comentava era em termos de média. Cumpre ver o que aconteceu, porque som as regions mais violentas do país e isso tem que estar a exprimir um outro tipo de contradiçons que se dam no interior destas entidades federativas.

O que sim podemos ver em termos de PIB per cápita é que tivérom um melhor comportamento. Isto pode estar dado porque estám a participar das cadeias globais de valor e, ainda que sejam as migalhas, algo lhes toca. Aos outros apenas lhes toca a destruçom do seu escasso aparelho produtivo interno. Destruírom-se todas as cadeias produtivas de valor e, ao contrário do que nas regions integradas, nom fôrom substituídas por nada.

As posiçons críticas com este tipo de acordos de livre comércio às vezes caem num certo reducionismo em que só se vem países beneficiados e países perdedores. Sem negar as relaçons centro-periferia, que estes tratados estimulam e fortalecem, também existem perdedores nos países do centro económico. Estou a pensar, por exemplo, nos trabalhadores da indústria automotriz dos EUA e em cidades pantasma como Detroit. Como afetou o TLCAN a classe trabalhadora dos EUA ou do Canadá?

> “As condiçons de pobreza de México nom lhes convenhem nem as elites de EUA”

O que tu assinalas é umha evidência empírica. Detroit mudou-se para México, por isso México é umha potência automotriz, e os trabalhadores do mundo desenvolvido também perdem. Os setores prejudicados som basicamente aqueles mais intensivos em mao-de-obra.

O têxtil por exemplo…

Sim. A maior parte deslocaliza-se e os seus trabalhadores vam para a rua. Também em México há setores económicos ganhadores. Por exemplo, no das hortaliças, México ganha em várias. Os que estám aí ganhárom, mas umha enorme massa de produtores perdeu. Os EUA ganhárom em muitos setores, mas noutros perdérom. Onde está Detroit? Está em Aguascalientes, en Guanajuato, en Coahuila. Detroit, que foi parte do coraçom industrial dos EUA, agora é umha cidade pantasma.

Tendo a UE e os EUA economias mais equilibradas em termos de custes laborais, julga que com o TTIP existe um risco de deslocalizaçom industrial entre umha parte e outra?

Julgo que os EUA tenhem umha estratégia de expansom do seu capital global. Som quem tem maiores investimentos de capitais em quase todos os países do mundo. Ainda com outras consideraçons, o coraçom da classe capitalista transnacional está nos EUA. Eles vem no mercado europeu umha possibilidade de expansom dos seus investimentos.

Pode que nalgumhas indústrias decidam instalar capital físico aqui. Apesar de que os diferenciais de mao-de-obra nom som importantes, podem instalar fases que nom sejam tam intensivas em mao-de-obra mas sim em conhecimento. Pode acontecer que nalguns setores a mao-de-obra especializada seja mais barata aqui do que nos EUA polo grande desemprego existente com a crise europeia nestes setores altamente qualificados. Um dos físicos mais importantes do mundo é da Universidade de Santiago de Compostela, mas ser físico cá nom tem possibilidades de desenvolvimento.

Afinal todo esse conhecimento gerado aqui acabaria-se transferindo…

Acabaria-se transferindo cara outro tipo de interesses. Aos EUA nom lhes custa nada formar esse capital que se criou noutro lugar, mas podem empregá-lo nas suas empresas.

Que perspetivas há para o TLCAN a corto e médio prazo?

Os resultados nom som nada favoráveis e nom som otimista respeito do médio e longo prazo. Vinte anos som suficientes para ver a tendência: México sincronizou o seu ciclo económico com os EUA, boa parte da planta produtiva estrangerizou-se, as cadeias produtivas rompérom e nom se podem reconstruir. É como umha camisa de força, ainda sem ter moeda única este tratado gerou mudanças estruturais significativas às que é muito difícil dar marcha a ré.

Se houvo mudanças estruturais e agora há certos interesses criados, como se pode dar um giro radical ou mesmo propor umha aboliçom do tratado?

É muito difícil, nom se poderia. Implicaria outra série de problemas gravíssimos. É parecido com o que acontece aqui com alguns países. Suponhamos que Grécia sai da UE (ainda sendo um processo de integraçom superior), que custes tem? Os custes às vezes impedem que se podam traçar alternativas doutro tipo quando se gerárom mudanças estruturais de grande envergadura, é o que se passa com o TLCAN.

O que podemos fazer é renegociar o tratado. Cumpre ter em conta que aos EUA tampouco lhes convém um país com os problemas da economia mexicana porque pode converter-se no seu principal problema de segurança nacional, de facto já o é, com a violência do *narco* golpeando na sua fronteira. Estas condiçons de pobreza e desigualdade em que se mantém México nom convenhem nem às elites dos EUA. Isto suponho que o tem claro o Estado mexicano, mas as elites nom tenhem projeto de país.

1. Em referência à votaçom de 10 de junho. A entrevista foi realizada antes de que a Grande Coaligaçom entre os populares europeus e o grupo socialdemocrata europeu S&D aprovasse, em de julho, umha resoluçom dando luz verde às negociaçons com os EUA e na qual se reintroduzia -com mínimas modificaçons- o mecanismo de resoluçom de controvérsias entre investidor e Estado.

bar faluya
Orzán 75, A Coruña

RúA
Restaurante
Tlf. 981 55 64 69
Santiago de Compostela
Rúa de San Pedro, 24

Queremos dar VOZ às que luitam
www.diarioliberdade.org
Portal anticapitalista da Galiza e os povos lusófonos

GD
Subscríbete
www.galiciaconfidencial.com

neves asesoría
Francisco Xosé Neves Alvarez
Graduado Social
R/ Morales Hidalgo, 16
36860 Ponte Areas
Teléfono: 986 644 059

ECONOMIA

Se o que queres é aforrar na electricidade, o melhor que podes fazer é começar o dia às 2 da manhá

Nova fatura da luz: pagar mais polo mesmo

Adrián Dios

Volta-se a falar durante estes dias dum novo mecanismo para medir a nossa fatura da luz. Depois das reformas de finais do ano 2013, aplicará-se neste verám um novo mecanismo polo qual nos vam cobrar a eletricidade. Como será? Como sabedes, até o momento o que pagávamos na nossa fatura da luz vinha determinado por vários fatores. É normal que nom entendamos a nossa própria fatura, estava pensada precisamente para isso: dificultar a queixa dos consumidores.

Basicamente, na nossa fatura temos que pagar por dous valores: a potência contratada e a eletricidade consumida. Isto significa que ainda que durante esse mês nom estejas na casa e nom empregues a eletricidade, terás que pagar igualmente parte do recibo. A última reforma do Partido Popular o que fixo foi incrementar este tramo e reduzir o peso da eletricidade consumida. Porquê? Porque a crise fomentou o aforro em muitos fogares, e era preciso incrementar os ingressos "fixos" das grandes elétricas.

No que respeita à eletricidade consumida, esta tem um preço que é fixado por vários parâmetros, que podemos definir como "preço de mercado" e "peaxes" (basicamente, impostos). Cada um deles supom a metade do custo da eletricidade. As peaxes tenhem vários fatores que a determinam, muitos deles que tem lógica que paguemos (como o transporte e a distribuiçom) mas outros que nom tem sentido que estejam na tarifa (moratória nuclear, interrumptibilidade, deficit de tarifa...) por serem elementos de política industrial e nom custos do serviço elétrico.

É preciso comentar que os preços do transporte e distribuiçom som iguais no Estado, quando evidentemente é mais caro levar eletricidade desde As Pontes a Madrid do que a Porrinho. Por isso é de justiça umha tarifa elétrica galega, como mui bem está reclamando nestes momentos a CIG com umha recolha de assinaturas para apresentar no nosso Parlamento umha ILP que nos faga pagar menos pola luz.

> Se se quer reformar o sistema e manter uns lucros extraordinários, imos no bom caminho

Volvendo ao tema que nos ocupa, cal é o preço de mercado? Basicamente, o preço que se fixa no mercado de eletricidade, onde produtoras e comercializadoras (basicamente, as mesmas empresas, como Endesa, Iberdrola ou Gas Natural Fenosa) compram e vendem eletricidade. A trampa está em que a eletricidade nom custa sempre o mesmo (é mais caro produzir eletricidade numha central térmica que num parque eólico, por exemplo), mas nós pagamos em todo momento o preço máximo. Isto é, se no mercado elétrico vendem três unidades de electricidade a 1, 5 e 100€, na nossa casa pagaremos 100€ polas três. Na literatura especializada, esta situaçom tem o pouco glamouroso nome de "lucros caídos do céu".

Até este verám, este preço determinava-se no mercado elétrico, e marcava um preço de referência para a nossa factura durante três meses (as conhecidas como licitaçons trimestrais). A nova fatura muda isto: agora a cada hora haverá um preço diferente pola eletricidade. É o mesmo que dizer que se começas a cozinhar às 14:00 vás pagar um preço diferente do que se cozinhas às 16:00. Esta situaçom é um semsentido, ao gerar um problema de informaçom para as pessoas consumidoras e umha volatilidade no preço que nom poderemos controlar. Mais capacidade das grandes eléctricas para manipular os preços sem nos darmos conta.

Um pequeno conselho: se o que queres é aforrar na electricidade, o melhor que podes fazer é começar o dia às 2 da manhá, e até as 8 vás ter umha eletricidade bastante barata. Mas se queres ver o sol, previsivelmente irás ter que pagar mais.

A todo isto (nom podia ser doutro jeito) há que somar um 21% de IVA. Porque à fatura da luz aplica-se-lhe o IVA normal, nom o reduzido ou, o que seria lógico, superreduzido. Quem hoje em dia pode dizer que a eletricidade nom é um bem de primeira necessidade? Pois está claro que o governo pode dizê-lo. E ademais quando se apresentárom diversas iniciativas no Congresso solicitando precisamente esse descendo.

Polo tanto, se o que se quer é reformar o sistema para continuar a manter uns lucros extraordinários para as grandes empresas do sector, imos no bom caminho.

Se, polo contrário, o que se quer é um serviço que mantenha a qualidade mas polo qual paguemos preços justos, fam falta múltiplas medidas: transferência de competências às Comunidades Autónomas para que existam tarifas diferentes em zonas geográficas com produçons diferentes, desapariçom do mercado elétrico para estabelecer um preço estável e justo, supressom de peaxes injustas ou desnecessárias ou incremento do peso das energias renováveis para limitar o papel das grandes elétricas som exemplos de mudanças viáveis. Só fai falta vontade política.

Agora bem, se quem nos governa depois termina nos conselhos de administraçom destas empresas...Por que haveriam de fazê-lo?

A TERRA TREME

Uxue Barkos: “Estou consciente de que vou ser umha presidenta abertzale numha sociedade que maioritariamente nom o é”

A mudança em Navarra: umha situaçom esperançadora mas difícil de gerir

O passado 24 de maio marcou o final de Unión del Pueblo Navarro (UPN) ao frente do governo foral de Navarra. Os conservadores conseguírom a instituiçom em 1991 e, com a exceçom dum fugaz tripartido com o PSN à cabeça, ostentárom a sua presidência até as últimas eleiçons autonómicas e municipais. O eleitorado deixou a mudança em maos de até quatro opçons políticas diferentes que, se bem estám unidas polo denominador comum do rejeitamento frontal aos desatinos de UPN, também guardam sensíveis divergências à volta a temas chave da política navarra.

Joseba Asiron, de EH Bildu, conseguiu que a ikurriña ondeie de maneira oficial no 'txupinazo' dos sanfermins por vez primera desde 1979. Por outra parte, o programa de governo foral recolhe o compromiso de eliminar a simbologia e a toponímia franquistas ainda presentes

UNAI BREA / Desde muito antes do começo da campanha eleitoral, as eleiçons forais e municipais do passado maio adquirírom em Navarra o rango de plebiscito. A eleger, duas opçons: continuidade do regime –representado principalmente por um governo envolvido numha maranha de escándalos–, ou mudança. Para as partidárias e partidários do segundo o reto era enorme, e de facto inédito, mas finalmente, polo escasso margem duns poucos centos de votos, a Mudança, já com maiúsculas por direito próprio, erigiu-se em vencedor: 26 asentos contra 24.

Isso foi assim apesar de que o partido até entom no poder, UPN, voltasse a ser com diferência o mais votado, se bem con perdas consideráveis tanto em número de votos como de asentos. Outra das chaves foi o descenso do PSN, que era quem até o momento tinha sostido, com o seu apoio, UPN, para além de toda lógica e sempre subordinado à direçom do partido em Madrid, evidenciando que Navarra é questom de estado. Para Ferraz, qualquer cousa é preferível a que em Iruñea governem os bascos. Porém, o PSN tem feito vários gestos de achegamento cara o que vai ser o novo governo.

Acordo de ámplio espetro

Milhares de navarras e navarros explodírom de alegria a noite eleitoral: por fim ia ser possível botar UPN nom só do governo foral, senom da maior parte dos concelhos importantes da província, incluído o da capital. No entanto, já naqueles primeiros momentos de celebraçom flutuava no ar umha pergunta fulcral: Como gerir a tam ansiada mudança?

Se bem num primeiro momento alguns analistas nom descartárom outras alternativas, parecia claro, e de facto assim foi, que tanto o governo foral como o da capital, entre outros, teriam que erigir-se à volta a acordos amplos entre as quatro forças cuja mensagem central tinha sido a perentória necessidade de superar o regime anterior: Geroa Bai, EH Bildu, Podemos e Izquierda-Ezkerra. Quatro forças unidas polo denominador comum do rejeitamento frontal aos desatinos de UPN –por outra parte fiel cumpridor de toda medida anti-social proveniente de Madrid– mas com sensíveis divergências à volta a temas chave da política navarra.

A mais votada das devanditas forças, Geroa Bai, umhas siglas que aglutinan os setores mais conservadores do abertzalismo em Nafarroa, PNV incluído, mas também segmentos de corte progressista, apostou em centrar a sua campanha na figura da sua candidata, a jornalista e até agora deputada em Madrid Uxue Barkos. Nom há dúvida de que acertou na sua aposta, posto que Barkos é a nova presidenta do governo navarro.

Numha entrevista concedida ao semanário Argia, Barkos exprimiu assim o delicado da labor que a aguarda: “Estou consciente de que vou ser umha presidenta abertzale numha sociedade que maioritariamente nom o é”. Na mesma entrevista, praticamente linha a seguir, a líder de Geroa Bai afirmou que de nengum jeito se atreveria, no momento atual, a tentar ativar a disposiçom transitória quarta da constituiçom espanhola. “Perderíamos por muito, com certeza”. Cabe recordar que a disposiçom transitória quarta estabelece um procedimento, rematado com um referendum, para que Nafarroa decida a sua incorporaçom à Comunidade Autónoma Basca.

Um programa comum e com medidas concretas

Evidentemente, no programa de governo acordado polas quatro forças da mudança nom figura a ativaçom da mencionada disposiçom transitória, mas sim outras muitas medidas que, de plasmar-se, suporám umha virada importante na realidade política, institucional, económica e social de Nafarroa, incluídas a normalizaçom das relaçons con a CAB, a aprofundizaçom no autogoverno da província e umha melhora substancial na situaçom do euscara. Do devandito programa pode afirmar-se que é amplo –recolhe 615 medidas concretas–, ambicioso e decididamente progressista, ainda que suscita umha grande dúvida: Como se vai financiar?

> O reto nom se limita a salvar bom honra a gestom dos seguintes quatro anos

Tomemos como exemplo a medida que a priori mais chama a atençom no plano socio-económico: a instauraçom dumha renda básica universal que percebirám todas as cidadás que tenham vivido ao menos um ano em Navarra, está ainda por decidir se a partir de 18 anos ou dos 25, medida que terá que ser implementada ademais nos primeiros seis meses de funcionamiento do novo governo. Está por ver a quantia da devandita renda, e já agora está por ver como se financiará, levando em conta nom só a situaçom de aperto que de modo geral sofrem as instituiçons do estado espanhol, senom o facto de que o anterior governo navarro tenha destinado já grandes verbas orçamentares a infraestruturas de duvidosa rendabilidade social.

O reto é muito grande, e nom se limita a salvar com honra a gestom dos siguintes quatro anos. Vários líderes progressistas tenhem declarado a enorme responsabilidade que sentem após os resultados das últimas eleiçons: nom podem falhar em dar forma a isso que se tem vindo chamar A Mudança, pois se calhar nom se volte a apresentar umha oportunidade asim em muito tempo. Convém nom esquecer algo por outra parte óbvio: o navarrismo, leia-se as forças do regime, continua muito presente na sociedade navarra, e ainda ocupa parcelas de poder significativas. Que ninguém o dê por derrotado.

Unai Brea é jornalista do semanário basco Argia (*argia.eus*)

REFERENDO E TERCEIRO RESGATE DA GRÉCIA

Quando estrangular um povo compensa

A estas alturas do jogo, poucas novidades se podem oferecer sobre a situaçom da Grécia. Poucos processos antes deste suscitárom tantas páginas, tantos minutos em televisons e rádios e tantas leituras — quase todas tergiversadas e interessadas. É difícil, sem dúvida, elaborar qualquer análise que aspire a umha certa dose de objetividade, polo complexo da situaçom e o ingente volume de informaçom, e também pola dificuldade para sintetizar o resultado. Contodo, pode ser interessante reparar quando menos em duas ideias e destacá-las sobre esse magma de dados.

ÓSCAR VALADARES / Primeira ideia: o referendo grego, aquele demonizado na Europa — particularmente por Estados como o espanhol, que faziam umha leitura doméstica —, nom era o fim do caminho, como se nos tinha dito. Bem ao contrário, era o início, tanto se o seu resultado tivesse sido respeitado polo próprio governo (sem entrar aqui nos motivos polos que, com efeito, nom foi respeitado nem na caraterizaçom dum governo que assim fai), em cujo caso se abririam inúmeros cenários de reconfiguraçom da Eurozona e da própria Uniom Europeia; quanto no caso de nom ser respeitado — tal como se verificou — o que abriu, pola sua vez, um cenário de radicalizaçom das exigências do grande capital (fundamentalmente) alemám.

É certo que a negativa do Governo a defender a opiniom popular tem provavelmente pouco a ver com um traiçom premeditada (cousas assim foi possível escuitá-las nos dias seguintes), porém é consequência direta da profunda relaçom de dependência que existe, no fim das contas, entre a socialdemocracia (ideologia reivindicada desde a própria Syriza) e o grande capital. Uma relaçom histórica, conhecida por quem quigesse conhecê-la, por outra parte, e que portanto impede a aparentar que tal cousa nom se esperava. A aplicaçom do "sim" quando tinha ganhado o "nom" dá também para a vista que, aos efeitos práticos, é este grande capital quem afinal delimita o campo de jogo e fai as regras, e que apenas uma posiçom marcadamente à contra (anticapitalista) tem as ferramentas e a vontade para se sobrepor a esses marcos. No caso grego, essa dependência socialdemocrata tomou a forma dum "rápido esvarar polo irremediável". Por toda a parte se dizia que era a UE a que impunha a sua agenda, e o conceito de "nom-alternativa" — já experimentado durante outra grande vaga ultracapitalista na década de 1980 — converteu-se na escusa mais repetida. Subitamente, nom era só umha questom inevitável no técnico, o que se solucionaria quebrando efetivamente a arquitetura tecnocrática da UE, senom também inevitável no político, o que na realidade significa apenas que o que nom há é vontade.

Por outras palavras: que o projeto europeu, tal como está e com independência de algumhas pequenas modificaçons que, no fundo, em nada afetam o seu objetivo final, resulta tam interessante para a socialdemocracia como para o grande capital; e que os chamados constantes dessa socialdemocracia a continuar "o projeto" nom som apenas um enfeite próprio da moda política para nom resultar aborrecidos eurocéticos, senom um fundamento ideológico real e verificável. Que o setor mais à esquerda da Syriza (Plataforma de Esquerda) tenha apresentado umha alternativa que inclui a saída propositada do euro e nom umha expulsom de "castigo"; que essa proposta apareça como passo prévio para um novo desenvolvimento económico em coordenadas claramente contrárias às da UE, incluíndo elementos de contacto com outras forças à esquerda como o KKE (até agora demonizado pola sua posiçom dura) e Antarsya (nacionalizaçons, investimento público, economia produtiva, etc.) evidencia que o problema da Grécia é, antes de mais, um problema ideológico, e que a orientaçom das políticas por um caminho pró-socializaçom ou por um caminho de dependência fai toda a diferença. As demissons que o governo grego já experimentou e as que há vir a experimentar explicam-se, só, em funçom disto.

> Quando a Varoufakis lhe figérom a célebre confissom o que estavam a dizer é que, se o estrangulamento compensa (e ao grande capital compensa-lhe), estrangula-se

Segunda ideia: depois de todo, a Grécia fica inquestionavelmente pior do que estava antes da consulta e o grande capital fica inquestionavelmente melhor, e isto é um resultado perfeitamente válido para a UE e para os poderes que a sustentam. Como assim? Grécia representa apenas 2,2% da populaçom da UE, e 5,7% do PIB da ZE. Para que se entenda: é uma economia prescindível do ponto de vista dos abutres, que já emprestaram 240 bilhons de euros, e para os quais outros 7 bilhons como terceiro resgate podem até ser uma questom menor. Nom é, portanto, um problema de dinheiro; nem sequer de concentraçom de dinheiro.

É um problema ideológico, que passa a se conjugar com os verbos forçar e disciplinar, e nom com os verbos ajudar e socorrer. Quando a troika empresta dinheiro nom o fai para ajudar, nem tampouco para evitar um mal maior — leia-se, uma falência do Estado que arraste ou contagie outras economias periféricas. Fai-no, exclusivamente, para depois exigir contraprestaçons de caráter político. Por isso tanto fai se o dinheiro dos resgates foi orientado a tirar Grécia da sua própria crise — evidentemente, nom foi, mas tanto fai —, porque esse nom era o seu objetivo. Os 240 bilhons já depositados som em troca de obter o controlo efetivo do país, numha viragem que tem elementos claramente ligados aos status de descolonizaçom do século XX — no que os novos Estados eram aparentemente livres. Mas só aparentemente.

Por isso todo, para entender a situaçom na Grécia — e a sua afetaçom aqui, na periferia da periferia — nom serve repetir consignismos bárbaros como o da "emperatriz Merkel" ou o do "IV Reich", muito na moda, mas terrivelmente perigosos na medida em que desviam a atençom dos verdadeiros motivos que fam avançar a Uniom Europeia. Se a Eurozona — na que manda o capital alemám, mas da que todo o resto se beneficia em parte enquanto assobiam fazendo de conta que nom tenhem nada a ver — aplica políticas duras na Grécia nom é com vontade de se fazer com o país no sentido de anexá-lo; é "apenas" com a vontade de controlar o seu mercado de consumo e colocar nele as suas empresas, isto é, a si mesmos. Os benefícios de destruir, literalmente, o que reste da economia nacional grega som astronómicos, e as grandes empresas nom vam perder a oportunidade. Quando a Varoufakis lhe figérom a célebre confissom (tens razom, mas vamos-vos esmagar igualmente) o que estavam a dizer é que se o estrangulamento compensa (e ao grande capital compensa-lhe, sem dúvida), estrangula-se. E, portanto, que a Uniom Europeia pode ser qualquer cousa que seja necessário para que compense.

ALÉM MINHO

Entre 2010 e 2014 as touradas perderam cerca de 40% do seu público em Portugal

UMHA OLHADA AOS EVENTOS TAURINOS NO NORTE DE PORTUGAL

Tradiçons, espetáculo e negócio amparam maltrato dos touros ao sul do Minho

Com o alongamento dos dias começam as festas, mas também os espetáculos com a presença de maltrato animal. O animal que por excelência sempre padeceu esta violência foi o touro, até o ponto de que algumhas raças som criadas já apenas para serem expostas a eventos em que será golpeado, mareado e, em ocasions, finalmente morto. Se bem é certo que nas touradas 'à portuguesa' o animal nom recebe a morte na areia da praça, é habitual que seja depois levado para o matadoiro após a tourada. Ainda que no norte de Portugal este tipo de espetáculo nom conta com a presença que tem nas zonas banhadas polo Tejo, sobrevivem também algumhas tradiçons como a 'vaca das cordas' ou a 'chega de bois' que contam com cenas de maltrato.

‘Vaca das cordas’ de Ponte de Lima tem lugar nas vésperas do Corpus Christi

‘Chegas de bois’ sobrevivem na regiom de Trás-os-Montes e em concelhos galegos

A.L. / Os espetáculos tauromáquicos no norte de Portugal nom contam com o interesse popular nem o seguimento com que contam nas zonas do sul do Pais. Assim, a única localidade com umha praça de touros fixa com atividade anual e periódica é a Póvoa do Varzim, onde mesmo neste mês de julho se realizou umha tourada, com retransmissom televisiva programada.

Em Viana do Castelo, no passado mês de setembro umha forte polêmica agitou a cidade ao celebrar-se umha tourada, que foi muito contestada socialmente e que contou com um fracasso de público. Movimentos anti-taurinos denunciaram que tal espetáculo incorria na ilegalidade por descumprir vários pontos do regulamento do espetáculo tauromáquico. Se bem a cidade se tinha declarado anti-touradas, as pressons dos grupos taurinos conseguiram que algum evento pontoal, como o do passado setembro, se introduzisse nesta cidade. Porém, a sua praça de touros, construída durante a ditadura de Salazar, leva anos sem atividade e o concelho de Viana tem programado converti-la num pavilhom desportivo. Também na cidade do Porto a presença de eventos tauromáquicos é muito reduzida, se bem ao longo da sua história se construíram várias praças de touros, estas caíram no insucesso.

Umha tourada 'à portuguesa'

A legislação portuguesa, no Decreto-Lei 89/2014 que apresenta o regulamento de eventos tauromáquicos, indica que que “a tauromaquia é, nas suas diversas manifestações, parte integrante do património da cultura popular portuguesa” e nesse regulamento assegura-se que “a salvaguarda do interesse público passa também pela harmonização dos interesses dos vários intervenientes no espetáculo tauromáquico e pela defesa do bem-estar animal”. Porém, é difícil harmonizar um espetáculo cuja finalidade é abater e debilitar um touro com a defesa animal.

Umha corrida de touros portuguesa tem umha diferência fundamental com a espanhola, e é que a morte do animal nom se produz na areia da praça de touros, mas produz-se depois da corrida. Nas corridas portuguesas, o touro sai à praça com as pontas dos seus cornos cortadas ou limadas, e com estes cobertos de estruturas de coiro, é dizer, 'embolados'. Durante as diversas lides que componhem a corrida, o touro recebe o ataque de diversas bandarilhas, que o vam debilitando e o deixam com poucas forças para a chegada dos 'forcados', que se baterám a pé com o animal até que este é imobilizado. O touro retira-se da praça, serám-lhe retiradas as bandarilhas e habitualmente é levado cara o matadoiro.

No mesmo Decreto-Lei 89/2014 assegura-se que “a importância dos espetáculos em praças de touros está traduzida no número significativo de espetadores que assistem a este tipo de espetáculos.” Porém, a Plataforma Nacional para a Abolição das Touradas fijo públicas cifras da Inspeção Geral das Atividades Culturais (Igac) que indicavam que em 2014 as touradas perderam 19.000 espetadores em relaçom à temporada de 2013 e que entre 2010 e 2014 as touradas perderam cerca de 40% do seu público em Portugal.

Vaca à corda

Se bem este tipo de corridas, como se indicou mais acima, nom contam com umha presença notória no norte de Portugal, permanecem nesta zona algumhas tradiçons, muito semelhantes a outras que sobrevivem na Galiza, em que o maltrato a um espécie taurina é o seu elemento nuclear. Um destes eventos é a conhecida como 'vaca das cordas' da localidade de Ponte de Lima. Como a galega festa do boi de Alhariz, a 'vaca das cordas' tem lugar nas vésperas da cerimónia religiosa do Corpus Christi. As versons que defendem a tradiçom da 'vaca das cordas' indicam que conta com séculos de história e mesmo umha lenda local indica que onde se situa a atual Igreja Matriz de Ponte de Lima nos velhos tempos havia um templo pagao que venerava umha deusa em forma de vaca, polo que com a 'vaca das cordas' se estaria comemorando a destruiçom de tal templo. A 'vaca das cordas', que desde o século XX se converteu num touro trazido das lezírias do Ribatejo, consiste em dar três voltas à Igreja Matriz ao animal atado e deslocá-lo depois ate as beiras do rio Lima.

Nos últimos tempos, o movimento anti-touradas da vila tem convocado mobilizaçons no dia em que se celebrava a 'vaca das cordas'. Assim, para os detratores da 'vaca das cordas', para quem se trata de um claro caso de maltrato animal, nom há tradiçom que justifique que em pleno século XXI se dê um trato assim a qualquer espécie animal.

Chegas de bois

Nas terras de Tras-os-Montes contam com a tradiçom das chamadas 'chegas de bois' ou 'lutas de touros'. As chegas consistem em enfrentar dous bois, dos quais um rematará demonstrando ser o dominante. Tradicionalmente, estas chegas de bois estavam vinculadas aos 'bois do povo'. O 'boi do povo', que é o que participaria nas chegas, fazia parte da identidade cultural da sua populaçom, sendo umha das suas funçons a reprodutiva, a qual atualmente foi sendo substituída pola inseminaçom artificial. Assim, nalgumhas aldeias de Tras-os-Montes podem manter-se tais tradiçons, mas nos últimos anos começárom a realizar-se umha série de campeonatos de chegas de bois com um componente mais espetacular e ligados aos criadores de gado das raças barrosã e mirandesa.

Também nalguns concelhos arraianos galegos estava presente esta tradiçom. Há uns anos, as denúncias dos ecologistas de Amigos da Terra conseguiram que se deixassem de celebrar as chegas na localidade de Moinhos, denunciando que se descumpria a legislaçom de proteçom animal espanhola. Porém, esse concelho respondeu organizando em anos posteriores corridas de touros, um espetáculo de maltrato animal que sim ampara a legislaçom espanhola.

EM ANÁLISE

TRANSEXUALIDADE INFANTIL

Menores trans: a metamorfose arelada

Integrada até agora em Chrysallis estatal, a associação Arelas de famílias de menores trans* começa este mês a trabalhar na Galiza de maneira independente para fazer frente a umas barreiras e a uma realidade próprias. Conversamos com a presidenta, Cristina Palacios, que explica como as mães e pais de crianças e adolescentes transexuais estão a dar a batalha nas escolas, nos centros sanitários e nos julgados para que os direitos d@s suas filh@s sejam uma realidade.

BÉTI VASQUES / Diz Itziar Ziga no seu ensaio *Malditas: uma estirpe transfeminista* que toda a vida da ativista e sindicalista galega Laura Bugalho "é um exercício de necessária e insurgente reescrita". Necessária porque mesmo já desde antes de nascer o pessoal médico adjudica um sexo às crianças atendendo unicamente ao critério genital. Sem o saber, as crianças entram no jogo do binarismo de género: desde que lhes é atribuído um sexo, a sociedade vai nomeá-las como 'menina' ou 'menino'. É muito frequente que, quando a criança é quem de se expressar, de ter um relato próprio, se sinta identificada com esse sexo que lhe foi adjudicado. Mas às vezes tal coincidência não se produz.

Esse foi o caso de Laura, a quem identificaram um sexo equivocado – homem – e, em consequência, um nome equivocado – Xoán –. Reescrever-se a sim própria foi, pois, um exercício necessário. E foi também insurgente porque a época em que começou a sair da clandestinidade não era a mais respeitosa com as pessoas trans. Eram os anos em que, por sete pesetas, podias comprar o Por que, um semanário de sucesso que levava à capa imagens como a de três mulheres sob o titular 'São três homens' e a frase "para o terceiro sexo todo o ano é entrudo" para informar da detenção de várias mulheres transexuais.

Arelas, os desejos fortes

"O meu nome vem da infância, de quando jogava com a minha irmã e eu era Laura", conta Bugalho no livro. Vem da infância porque as pessoas trans têm clara a sua identidade desde crianças, embora os casos de menores comecem a se tornar visíveis agora. "As pessoas adultas transexuais nasceram já transexuais", recorda Cristina Palacios, presidenta de Arelas, a Associação de famílias de menores trans* – um termo que engloba todas as formas de diversidade sexual, também as pessoas com género fluido e as transgénero –.

Palacios é a mãe de Sara, uma criança de 8 anos que desde miúda manifestou o seu desejo de pertencer a um sexo com que não nasceu. Sara não quis ser Hugo, quis ser Sara. E foi a primeira menor em Galiza que conseguiu que o seu nome, o que ela elegeu, figure também nos documentos oficiais. A segunda, este mesmo mês, foi Patrícia, uma moça de 14 anos baptizada como Patrício e a quem uma letra, só uma, lhe cambiou a vida.

> As pessoas trans têm clara a sua identidade desde crianças

Assim as coisas, Arelas trabalha com crianças e pessoas adultas de até 20 anos que já se socializaram como o que são, isto é, que já fizeram o trânsito social. Para além do apoio que para as próprias crianças e jovens supõe estar em contacto com outras pessoas da sua idade que estão a viver uma situação parecida, e para além das batalhas diárias nas escolas, nos centros sanitários e nos tribunais, a luta desta associação passa também pela normalização e a despatologização da transexualidade. "É muito singelo: os nossos filhos não estão enfermos e não se identificam com o sexo que lhes foi assinalado ao nascerem. Sem mais", diz Cristina Palacios.

E para que uma ou um menor possa viver de maneira livre a vida que escolheu, sem estar a repetir uma e outra vez a sua condição trans, são três os espaços onde, embora tenham havido avanços, fica ainda muito por fazer. De seguido debruça-mo-nos em cada um deles.

Ensino: a invisibilidade

"O professorado tem um desconhecimento imenso da diversidade sexual e da transexualidade" e essa ignorância traduz-se numa etapa em que um dos principais agentes de socialização, a escola, é também um dos principais agentes de negação da personalidade da criança. "Deve ser muito difícil porque lhes ensinam um montão de modelos e não encaixam neles", continua a explicar Palacios. Por isso, Arelas pede que no currículo educativo se inclua a diversidade sexual "e que se fale dela como um valor a respeitar". Entram em jogo aqui os papéis de género, dardos envenenados que classificam as pessoas em 'homens' ou 'mulheres' e determinam como é que podem e devem comportar-se uns e outras já desde crianças. Assim, se a identidade não tem a ver com os roles atribuídos, então nos pátios das escolas já não há 'meninas' e 'meninos', senão *maricas* e *marimachos*.

As famílias de menores trans pedem também um protocolo que estabeleça às claras o que fazer quando uma criança toma consciência de que a sua identidade não se corresponde com os seus genitais. "A minha filha decidiu chamar-se Sara e o lógico é que toda a gente lhe chame Sara". É o lógico mas nem sempre é o habitual. Há equipas diretivas que se negam a trocar o nome na listagem de aulas porque não é o nome 'oficial' e outras que pretendem que a criança não use a casa de banho do alunado, senão a reservada a professoras ou professores.

Desde que cumpriu ano e meio, Sara manifestou através dos jogos e das primeiras palavras que ela não era um menino. Aos oito anos, uma idade muito temperá, já se sentiu preparada para fazer o trânsito social e mostrar-se como é também fora da casa. "Se são reais os dados de prevalência da transexualidade, onde estão as crianças transexuais na Galiza? Temo que a resposta seja escondidas e silen-

ciadas", lamenta Palacios. Se a pequena se socializou mulher tão rápido foi graças ao apoio que a família recebeu doutras com menores trans, e não graças a profissionais: a menina foi diagnosticada como bissexual, com complexo de Édipo e "quando aos quatro anos começou a ir a um psicólogo e nos demos conta de que o que queria era cambiá-la também decidimos que não haveria de voltar à consulta". Foi em agosto do ano passado, durante umas férias no estrangeiro, quando Sara saiu à rua pela primeira vez com roupas de menina e... até hoje.

Em setembro a miúda iniciou as aulas. "A directora tinha certas reticências... dizia que se calhar algum pai ou alguma mãe se queixavam", explica a mãe de Sara. Mas ela já fizera os deveres. Antes de falar com a equipa directiva do centro falou directamente com a conselheria de Educação. Explicou-lhes o protocolo de atuação sobre identidade de género nas escolas – que na Galiza não há mas sim há na Andaluzia – e conseguiu o apoio que necessitava.

"Depois a sua professora apoiou-na muitíssimo; informou-se e falou muito sobre o tema nas aulas", diz Cristina Palacios. Mas nem tudo foram boas palavras para a menina: "o orientador comportou-se... fatal. Não vou reproduzir nenhuma das barbaridades que disse mas, na verdade, não compreendo como uma pessoa com tão pouca sensibilidade e tão pouco respeito pela diversidade pode trabalhar como orientador". Mui ao contrário do que aconteceu com o resto das crianças, que aceitaram Sara desde o minuto um da sua nova vida. "Nas meninas e meninos que fazem o trânsito social antes dos 11-12 anos a resposta, pelo geral, é muito positiva. Mas isto mesmo não acontece já com os e as adolescentes. Temos o caso duma moça que teve que mudar de centro educativo e o professorado a olhar para o outro lado".

Sanidade: os prejuízos

Após conseguirem um informe psicológico favorável de disforia de género, as pessoas trans são derivadas a um ou uma endócrinologista para decidir um tratamento hormonal – a partir dos 16 anos – ou os bloqueadores que impedem a produção de estrógenio/testosterona e que detêm processos próprios da adolescência como o crescimento da barba e pelos noutras partes do corpo, o aumento dos peitos ou a menstruação. O último passo, a cirurgia, é opcional, uma escolha pessoal que se faz já na idade adulta.

> "'Isso é algo que se trata quando tenha 18 anos' dizem-nos os médicos"

Neste âmbito, a associação Arelas exige que todos e todas as menores transexuais tenham acesso aos bloqueadores através da saúde pública. "É um tratamento que não tem efeitos secundários e que, ademais, é reversível; se qualquer menor começa com eles e decide interromper o trânsito, algo que não vai passar mas... poderia fazê-lo porque os efeitos dos bloqueadores são reversíveis", aclara Cristina Palacios. Na Galiza há dois meninos que vão começar com o tratamento e uma menina, Patrícia, que foi a primeira em aceder a eles num hospital público. Contudo, no sistema sanitário galego há só três profissionais da endocrinologia que facilitam o tratamento com bloqueadores para menores transexuais "e não vejo qual é que é o problema se qualquer criança com um desenvolvimento rápido da puberdade é tratada com bloqueadores", questiona Palacios.

O desconhecimento e os preconceitos jogam também aqui em contra. "'Isso é algo que se trata quando tenha 18 anos', dizem-nos os médicos", embora Sara, Patrícia e todas as crianças e adolescentes que fazem parte de Arelas tivessem claro desde já muito antes que o sexo com o que nasceram não se correspondia com o sexo sentido. O apoio das famílias é fundamental... e singelo: "com ouvir a tua filha, apoiá-la e não fazer que se sinta culpável nem escondê-la já é suficiente", diz esta mãe. E acrescenta: "nunca sabes distinguir se determinadas respostas que recebes por parte de alguns profissionais estão motivadas por crenças religiosas ou é realmente ignorância, mas estou convencida de que se trata duma mistura de ambas as duas coisas".

Justiça: a vulnerabilidade

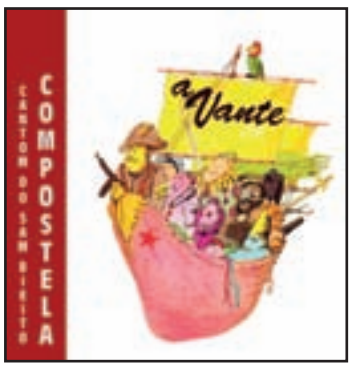
O derradeiro passo em firme à procura dessa metamorfose desejada é apagar o nome que lhes atribuíram ao nascer e escolher um novo: aquele com o qual se sentem identificad@s. Assim, Sara decidiu ela própria como queria chamar-se e foi a primeira menor que conseguiu na Galiza um câmbio de nome oficial. Com Patrícia, são as únicas que o lograram aqui. E no conjunto do Estado unicamente há 14 sentenças favoráveis.

"A *Ley de Registro Civil* de 1957 diz que o nome tem de ir acorde ao género mas nem nesta nem na de 2007, que permite a mudança de nome e de sexo, contempla o caso dos menores". Diante deste vazio legal, "tu vais pedir o câmbio e jogas à lotaria mais uma vez, a ver que juiz te toca", lamenta Cristina Palacios. Explica que o facto de se socializarem como o que são sem possuírem ainda legalmente o nome que escolheram supõe que cada vez que a pessoa deve mostrar um documento oficial produz-se "uma situação de vulnerabilidade e humilhação porque tens de estar a repetir uma e outra vez a tua condição de transexual".

Sara deixou de se chamar Hugo em março também nos papéis e Patrícia trocou no registo o 'o' final do seu nome por um 'a' este mês de julho. No primeiro caso, a juíza baseou o seu auto nos informes favoráveis da diretora da escola, do pediatra e da psicóloga que diagnosticou a transexualidade e que fez referência a "dados mais que fundamentados" para considerar que "existe uma identidade sexual feminina" e a decisão da menina "é estável, à margem de questões secundárias como o aspecto, a vestimenta ou os papéis".

A sentença valora que obrigar uma pessoa a identificar-se publicamente com um nome que não corresponde ao sexo que sente "é prejudicial" e deitaria luz sobre um processo que pertence à intimidade da criança. Porém, o auto que concede a mudança de nome a Patrícia dá um salto maior: a juíza considera provado que a identidade psicosocial da moça é a feminina e conclui que "deve considerar-se que, sendo o seu sexo real o feminino, é o nome que aparece no registo civil o que pode levar ao erro".

São muitos os direitos conseguidos mas são muitos também os entraves e as barreiras a derrubar. A associação de famílias de menores trans*, antes integrada em Chrysallis estatal, começa agora a trabalhar de maneira independente na Galiza "porque a nossa realidade é diferente da de Madrid ou Barcelona". Novo nome, Arelas, e novo logótipo, um dente-de-leão. Fechem os olhos. Peçam um desejo. Colham ar. Soprem.



ENTREVISTA

ENTREVISTA A JUAN RAMÓN KARASATORRE ALDAZ, 'ZAPATA'

“Na guerrilha do FMLN fazíamos educação política na cozinha”

CARLOS C. VARELA / **Juan Ramón Karasatorre Aldaz, 'Zapata', nasceu en Etxarri-Aranatz, a 'aldeia gaulesa' do Pirineu navarro recentemente erguida em referendo contra o Reino de Espanha. Militante da esquerda abertzale desde jovem, Zapata viaja na década de 80 ao Salvador, onde combate com o Farabundo Martí. Atualmente, e após passar por prisão na França, Zapata permanece dispersado no cárcere de Castelló II (Albocàsser). Dum encontro noutra cadeia, a de Valdemoro, nasceu a correspondência que cozinhou esta entrevista, ao ritmo lento mas cuidadoso e quotidiano dos fogões de acampamento.**

A cerimónia de investidura do ex-guerrilheiro Salvador Sánchez Corén em presidente do Salvador deveu ser bem incômoda para a delegação espanhola: como nos funerais de Nelson Mandela, tiveram que supotar a presença de convidadas da esquerda abertzale. Como começou a relação do movimento basco, e a tua pessoal, com a FMLN (Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional)?

Quando fui ao Salvador foi pola minha conta, e não sei que classe de relação existia entre os dous movimentos. Posso dizer-te que a luta do nosso povo, como a de todos, criou uma grande consciência solidária. A inícios de 80 já havia internacionalistas bascos pelo Salvador e outros povos, e quando se deu a morte de Pakito Arriaran esse sentimento de solidariedade cara ao Pulgarcito de Centro América – assim lhe chamava Roque Dalton – aumentou enormemente. Também a raíz da mantança dos funerais de monsenhor Romero.

Sobre as relações políticas entre a FMLN e o MLNB (Movimento de Libertaçom Nacional Basco), que eram discretas e mesmo clandestinas, não saberia dizer muito, pois ainda que sempre fui um mais da esquerda abertzale, a minha experiência organizativa foi naquela época muito escassa. A minha geração, e outras mais cercanas, fogueamo-nos mais na rua do que em reuniões. No meu caso pessoal a luta do País Basco foi criando na minha consciência um oco para o internacionalismo que, como o meu amigo Martín, tentámos pôr em prática em Nicaragua lá por 1983-1984, mas as cousas não correram bem, e com muita pena tivemos que renunciar.

Em 1988 diferentes circunstâncias fizeram com que decidisse sair do País Basco por algum tempo, e aproveitar isto para achegar o meu grãozinho de areia lá onde pudesse ajudar. Ao princípio pensei em ir a Nicaragua ou ao Sáara, mas alguém me convenceu de que fosse ao Salvador. E assim foi como cheguei a esse lindo país, sozinho e com um número de telefone no peto.

Já desde a minha entrada no país comecei a ver a exploração e o sofrimento que golpeava a gente. Aginha me pus a trabalhar no que se me pedia, e assim fui conhecendo mais a realidade desse povo e a disposição que tinha para se sacrificar na sua libertação. Assim, e por isso tudo, decidi que o meu esforço tinha que dedicá-lo ajudando com todas as consequências e ajudando onde mais se exigia. E o que ia ser um estágio de três meses, rematou sendo de anos... até algo depois da guerra e quando a luta do meu povo me voltou a chamar.

> “A luta do País Basco foi criando em mim um oco para o internacionalismo”

Como era a vida quotidiana na Farabundo Martí?

A FMLN estava composta por cinco organizações de diferente ideologia que se moviam pelos distintas frentes onde as condições de guerra variavam, influindo tudo isso na vida quotidiana. Falareiche das que eu conheci diretamente. A primeira em que estive foi a Gerardo Barrios, um frente especial, já que era novo e estava a desenvolver-se em pleno território inimigo, pelo que as medidas de segurança e condições de vida eram draconianas. Se mal não recordo, nessa época de 1988-1989 só havia outro de iguais condições: o do volcão de São Salvador.

O outro frente que conheço, e que tinha um modo de vida mais generalizável ao resto da guerrilha, é a do norte do Guazapa, controlada pola Resistência Nacional (RN, social-democrata). Este foi um frente histórico ubicado no centro do país e perto da capital. O cerro de Guazapa, antigo volcão, era zona 'libertada' e sobretudo o norte, muito estável, o que dava também estabilidade à vida diária que não fosse de guerra.

Como em todos os frentes a vida era muito rotineira. Na época que falo o trabalho de educação, tanto em frentes quanto nas comunidades, tinha dado os seus frutos, e o analfabestismo tinha sido erradicado entre os companheiros. Todos os que conheci sabiam ler e escrever. O resto da educação dependia dos recursos dos momentos. A organização do frente – quiçá devera ter começado por isto – não permitia criar escolas, pois estávamos divididos em diferentes pelotões distribuídos para a defesa do frente. Se em algum pelotão havia alguém que pudesse ensinar algo fazia-o em base à curiosidade dos companheiros, disponibilidade de tempo, etc. Não havia nada organizado para todo o frente.

Com a formação política era parecido, no entanto com esta faziam-se mais esforços, sobretudo em alguns momentos chave, e alguns companheiros formavam outros, os mandos passavam de vez em quando pelos pelotões para falar, mas sem que houbesse nada estabelecido. A verdade é que a RN não punha muito interesse neste campo... Existia uma oficina de propaganda que administrava uma pequena biblioteca e realizava trabalhos políticos que transmitia regularmente, à vez que proporcionava livros de política a quem os pedisse, mas a 'oferta' não era muito ampla. Uma outra forma de educação política era a cozinha, sim, a cozinha!, e eu creo que era a melhor, pois este era o ponto de reunião dos acampamentos – sobretudo pelas companheiras que costumavam cozi-

nhar (risas) – e onde se falava e discutia de tudo de forma natural e espontânea, e claro, de política e ideologia também.

Surpreendeu-me ler que no Salvador atual, governado pola FMLN, há mulheres presas por abortarem. Como estavam consideradas as mulheres na luta?
A mulher jogou um papel importante na FMLN, tanto na montanha como nas povoações. Havia combatentes, e muito boas, mas pela própria cultura e idiosincrásia do país a maioria delas dedicavam-se a outras actividades como cozinhar – os homens ajudavam moendo milho, recolhendo lenha – como radistas [operadoras de rádio], enfermeiras... Todas as tarefas eram importantes para o bom desenvolvimento da luta. E todas recebiam formação militar e em ocasões tinham que combater. Também faziam de correios entre frentes, cidade-montanha, etc, pois passavam mais facilmente pelos controlos militares. Por isso mesmo faziam, aliás, um grande trabalho de informação.

Como militantes tinha-se-lhes um grande respeito, mas ainda assim, e apesar de que se combatia o machismo, sim que o sofriam. Os companheiros tinham mais consciência ao respeito do que o resto da sociedade, mas ainda arrastavam séculos duma sociedade patriarcal. E se entre os companheiros se podia entender melhor a igualdade entre géneros, era dum jeito mais teórico do que prático, e havia muita resistência ao feminismo, mais que nada nas bases, mas também nas direções – com exceções, claro.

No que atinge ao aborto, nessa época não era um tema muito recorrente pois nos frentes não costumava haver muitas gravidezes: havia uma boa educação sexual e o uso de anticoncetivos era normal, embora o objetivo disto fosse, mais que outra cousa, evitar que as companheiras ficassem grávidas e tivessem que deixar os frentes. Mas tem em conta que falo de há mais de vinte anos, hoje em dia suponho que a mentalidade terá mudado e avançado, mas ainda que o FMLN governe, a assembleia legislativa controla-a a direita.

Falavas de educação sexual: como autogeríades todo o que tem a ver com a saúde?
No frente do norte de Guazapa tinhamos um hospital composto por um médico e várias enfermeiras, mas sem instalações fixas, claro. Atendia-se os feridos leves e que pudessem manejar-se pela sua conta; os graves atendiam-se em primeira instância e em quanto se podia evacuavam-se às comunidades próximas; se o seu caso era muito grave tentava-se a evacuação fora da zona de forma clandestina, ainda que se demorava, e às vezes quando era possível já era tarde... Mas, em resumo, tinhamos um bom serviço médico, pois podiam-se atender os feridos e doentes, estava bastante bem fornecido de medicinas, e fazia trabalho preventivo em saúde, higiene e também educação sexual.

Da tua experiência no Salvador, que momento destacarias?
Dos da guerra o mais importante foi a ofensiva geral de 1989. Esta ofensiva decidiu-se para acabar com a guerra de vez e para isso implicárom-se todas as forças e recursos – humanos, logísticos, políticos – de que dispunha a FMLN, para atingir o principal objetivo, que era a tomada do poder, com o espírito de lutar até conseguí-lo sem voltar atrás, eis o nome que se lhe deu: <Al tope ¡y punto!>.

Para isso atacárom-se simultaneamente várias cidades – San Miguel, Santa Ana... - mas onde mais esforço se pôs foi na capital, San Salvador. Esta foi atacada por diferentes direções, das quais se responsabilizavam companheiros dum frente concreto. Algumas estavam perto da capital (como o meu, o Gerardo Barros, que estava a um dia ou menos de caminho), mas outros tiveram que vir de muito longe demorando vários dias e tendo que passarem desapercebidas. O inimigo suspeitava que se estava a tomar algo, mas nunca soube o quê, e em 11 de novembro de 1989 iniciou-se a ofensiva de forma conjunta em todo o país. Durou nove dias e o objetivo era insurrecionar a população, demonstrando e garantindo que esta vez tinhamos chegado para ficar. Nos primeiros dias a gente hesitava, mas quando viu que iamos 'a sério' começou a apoiar-nos e pedir armas. Nesse momento o inimigo, vendo a guerra perdida, começou a bombardear a população civil, que começou a fugir. Nós aguentávamos bem, mas sem a insurreição popular não podiamos avançar na tomada do poder, pelo que no noveno dia ordenárom-nos a retirada. A ponto estivemos de conseguí-lo.

> "Em 11 de novembro de 1989 iniciou-se a ofensiva em todo o país. Durou nove dias e o objetivo era insurrecionar a população, demonstrando que esta vez tinhamos chegado para ficar"

Foi uma batalha muito dura em que perdemos muitos e bons companheiros, marcou-nos a todos, mas teve os seus frutos, pois se bem não conseguimos tomar o poder, sim obrigámos o inimigo a negociar o fim da guerra, pois ao demonstrar-lhe a nossa capacidade e temerem que uma vez recuperados voltássemos a tentá-lo – e quiçá com mais sucesso – decidiram negociar, e este era o um outro objetivo da ofensiva, alternativo à tomada do poder. Este momento pos-ofensiva foi definido como 'empate militar' pelos ianques, que apoiaram totalmente o processo negociador, mesmo forçando o governo salvadorenho já que havia setores reácios que criavam empecilhos e contradições ao presidente da época, Alfredo Cristiani.

Qual foi o peso dos EUA?
Os ianques tiveram uma grande influêcia no transcurso da guerra pois intervieram diretamente nela, embora não enviassem tropas a combater (houve um momento, quando caiu o muro de Berlim e o sandinismo perdeu o poder, em que pensámos realmente que o fariam), mas sim assessores; treinavam diretamente tropa e mandos salvadorenhos – 'escola das Américas' – investiam um milhão de dólares diários, enviavam armas, tinham um barco de maneira contínua perante a costa salvadorenha com tecnologia avançada a controlar as nossas comunicações, etc, etc, etc... Nessa altura tinham muito interesse no seu <pátio traseiro>.

A guerra suja no Salvador foi brutal, todos os corpos de 'segurança' e especialmente o exército participaram nela chegando a cometer verdadeiros massacres, mas os que mais terror criáram foram os esquadrões da mortes (criados polo coronel D'Abuisson, um dos fundadores de Arena, o partido hegemónico de direitas) pois estes atacavam clandestinamente e com total impunidade, de forma seletiva e também indiscriminada. Cometiam verdadeiras barbaridades com a população civil à hora de assassinar: decapitações, desmembramentos de corpos vivos... Desapareceram muita gente, violavam, tudo com o fim de aterrorizar a população. A guerra suja foi a parte mais obscura da guerra salvadorenha, pelos seus métodos, impunidade, o terror criado, a sua crueldade, a sua grande atividade... E o pior de tudo é que na sua maioria ficaram impunes e sem esclarecer.

E não houve ataques à população indígena comos os que se estão a julgar em Guatemala?
No Salvador não há povos indígenas como pode haver em Guatemala. Os salvadorenhos são Pi-Piles, descendentes dos Maias, mas como etnia pode-se dá-los por desaparecidos. A gente, a maioria, ainda mantém riscos indígenas, mas toda a sua cultura – língua, costumes, religião – desapareceu. No Salvador a repressão foi dirigida à população em geral, sobretudo à gente de esquerdas e especialmente ao campesinhado.

Comos foi a passagem de guerrilha a partido no governo, deram-se muitas contradições?
Falando do que eu vivi, a transição de organização guerrilheira a partido político foi boa, não chegou a ser traumática para nada. A nível pessoal entre alguns companheiros sim houve reticências, desilusões e mesmo – consta-me – tentativas de alguns de romper com o processo e voltar à luta armada, mas que não chegaram muito longe.

À FMLN custou-lhe chegar a governar o país – uns quinze anos – embora desde o princípio ganhassem muitos e importantes concelhos, e isto criou contradições internas, sobretudo entre os partidos, que eram de diferente ideologia e contemplariam diferentes táticas e estratégias. Afinal dous deles, os dous socialdemocratas, abandonaram a FMLN, mas sem causar grande dano nem qualitativo nem quantitativo, pois foram-se apenas os secretários gerais.

Em geral, decidiu-se rematar com a guerra, chegar ao poder pola via política e nesse sentido tudo correu bem, pois ainda que custou chegou-se a governar o país. Nos concelhos fizeram-se muitas cousas para o povo, com trabalho, tesão e ajuda exterior. A tomada de poder não foi total, pois há instituições que não controlam, e menos os poderes fáticos! Isto ata-te muito as mãos e impede cumprir com muitos objetivos desejados naquela época, e a política de alianças, pactos, etc fai com que muitas cousas – objetivos, ideologia, compromissos com o povo – as vaias moderando e/ou deixando pelo caminho.

Contradições suponho que há muitas e grandes, mas não estou em disposição de julgá-las (sobretudo porque não tenho informação detalhada), aliás, quiçá seja o preço a pagar por terminar com uma guerra que, neste momento, estava atascada e fez sofrer muito o povo do Salvador.

DITO E FEITO

Os homens, ao ver que a cooperativa funciona, estám a considerar fazer algo semelhante

ENTREVISTA ÀS IRMÁS LOURDES E ESTHER GABARRE BARRUL, DA COOPERATIVA MULHERES COLHEITEIRAS

“Mulheres Colheiteiras demostra que as ciganas luitamos e queremos trabalhar”

Lourdes (primeira pola esquerda) e Esther (terceira pola esquerda), junto às outras duas companheiras da cooperativa

O.R. / Partilhamos café e biscoito com Lourdes e Esther, que nos recebem à tardinha na sua casa em Ranhas (Coruña). Formam parte dumha iniciativa mui querida e conhecida na cidade, Mulheres Colheiteiras, impulsada por Arquitetos Sem Fronteiras há já dous anos para promover a inclusom das mulheres habitantes de assentamentos precários. Nem remendos nem esmolas: trata-se dum projeto lento, bem assente, que busca melhorar a qualidade de vida das ciganas de forma integral, desde a vivenda à saúde, ao emprego, ou à coesom social. Com estas duas Mulheres Colheiteiras falámos precisamente da iniciativa e o que está a supor para elas.

Mulheres Colheiteiras acaba de cumprir os dous anos de existência. Como começastes?

Chamárom-nos de Arquitetos Sem Fronteiras para falar dum projeto que ajudara a reduzir o paro entre a comunidade cigana das Ranhas e a Passagem, e a ideia de partida era já através da reciclagem de óleo usado. Fomos 23 mulheres a umha charla na associaçom Ronsel para conhecer o que seria o projeto piloto de Mulheres Colheiteiras, com o que provamos a ver se a cousa saía bem e a gente o pedia. Começámos por Monte Alto, fazendo difusom e contatando com a associaçom de vizinhos, onde nos botárom umha mao – ou, melhor, as duas! – Fixemos trípticos que repartimos primeiro em casas particulares e, a seguir, em bares e restaurantes. Todo o mundo nos recebeu mui bem e gostou muito da ideia, e apesar de que havia locais que já tinham o seu próprio gestor para este tema, parecia-lhes melhor apoiar-nos a nós. Logo vinhérom os supermercados, os coles,… E agora temos dúzias de pontos de recolha de óleo por toda a cidade! Isso sim, ainda nom som suficientes para os ingressos que nos fariam falta para poder ter um salário.

O projeto, como dizedes, foi medrando e consolidando-se, e agora mesmo estades constituídas como cooperativa.

Sim! Levamos desde outubro trabalhando esta ideia. O primeiro passo foi fazer charlas e sessons de cooperativismo às quintas-feiras para formar-nos e ver quem podiam ser as mais capacitadas para meter-se de cheio na cooperativa, porque por agora só estamos quatro pessoas. Depois puxemos-nos com os Estatutos, o papeleio da cooperativa, vendo como nos íamos organizar,… Agora temos mais responsabilidades, sobretodo nós as quatro. Menos mal que para o tema dos papéis temos a Arquitetura Sem Fronteiras, porque nós nom temos estudos, e é como se nos falassem em chinês. Apesar de todo, levamos-lo bem, e estamos já fazendo as últimas gestons antes da alta de autónomos, e rapidamente conseguiremos umha nave em Oleiros. Neste tempo, sobretodo, fomos avançando mentalmente: foi cambiando a nossa implicaçom, vendo como podia sair o projeto, e ganhando habilidades sociais. Isto ao princípio custava-nos muito! Eu por exemplo [Esther] som umha pessoa tímida, nom gosto de falar diante da gente, e tés que aprender a explicar o que fás para logo ir contá-lo, e saber vendê-lo. Eu no cole era o zero à esquerda; quem me ia dizer que eu ia fazer um dia de profe!

Pois agora pedem-vos que vaiades a muitos lugares a contar a vossa experiência! Que vos di a gente que vos escuita do projeto?

> “Realmente, menos o Concelho, todo o mundo se implicou muito”

A gente di que é um projeto mui bom, e que vai dar trabalho. Há muita gente que me reconhece pola rua [Lourdes], que me para pola rua porque me vírom na tele, na rádio, no periódico,… Gosta muito, e isso notamos-lo também à hora de recolher o óleo, porque cada vez tardamos menos em encher os 1.000 litros. Realmente, menos o concelho todo o mundo se implicou muito. Esperemos que isso cambie agora com o novo governo! O alcaide estivo por aqui há uns dias. Imos também muito a coles, para consciencializar os nenos e nenas da importância da reciclagem. Som mui curiosos, perguntam de todo! E o bom é que depois contam-no em casa, e as famílias colaboram também.

Há pouco fomos a um encontro de cooperativas, e houvo gente que nos pediu o contacto para que trabalhemos também com outras mulheres ciganas, explicando-lhe que estamos neste projeto graças ao nosso esforço, e porque queremos ter trabalho. Há famílias nas que custa mais que lhe deixem fazer algo assim, mas nossos pais já nos deixárom estudar quando nós éramos pequenas.

Porque se decidiu que fora um projeto de mulheres?

Em Arquitetura Sem Fronteiras viam mais fácil implicar às mulheres, porque somos mais luitadoras, temos mais capacidade, mais ganas de aprender cousas novas. A mulher cigana sempre luitou pola sua casa, e trabalhou forte. O homem adoita estar mais sentado! Assim que eles pensárom que era boa ideia quitar primeiro às mulheres. O certo é que aos homens também se lhes propujo formar umha cooperativa de recolhida de sucata, mas fomos só nós quem respondemos. Eu [Esther] estou convencida de que se saiu adiante é porque somos mulheres.

E aqui a gente das Ranhas, gosta da iniciativa?

Claro! Daqui som dez das mulheres que estamos no projeto. E depois todo o mundo se implica! O meu pai [Lourdes], que está aqui ao lado, também está a colaborar reciclando azeite. A ideia é boa, vai-a contagiando a todo o mundo. Agora os homens como veem que a cooperativa funciona já estám perguntando a ver se podem fazer algo semelhante. As nossas parelhas também nos estám apoiando. Os anciaos desta zona, à medida que foi passando o tempo vírom a dificuldade de ganhar o pao, e vírom também que as mulheres eram mais espaviladas para botar-se a procurar dinheiro, assim que nos deixárom fazer actividades, e formar-nos.

Qual é, para vós, o maior valor do Mulheres Colheiteiras?

É um projeto que pensa num mundo melhor, menos contaminado, porque o óleo é mui perigoso para os rios e os mares. Tem muitos aspectos positivos, porque aparte desse valor ecológico, que cada vez está mais em auge, também ajuda a cambiar os estereótipos que há sobre os ciganos: demostra que queremos trabalhar, e por isso estamos dando o calho desde há dous anos. Pedimos à cidadania que nos ajude reciclando, porque nom queremos viver das ajudas, nem da caridade. Queremos independência. A mim custa-me ir à Paróquia a pedir, e também à Risga. Sempre busquei trabalho, mas para nós é difícil. Com Mulheres Colheiteiras muitas vezes vim-me abaixo, é difícil de compatibilizar com o trabalho dos nenos, e com a a nossa vida aqui, assim que dixem “nom podo, é demasiado, tenho que priorizar a saude”. Mas é um projeto mui ilusionante, assim que aqui estamos!

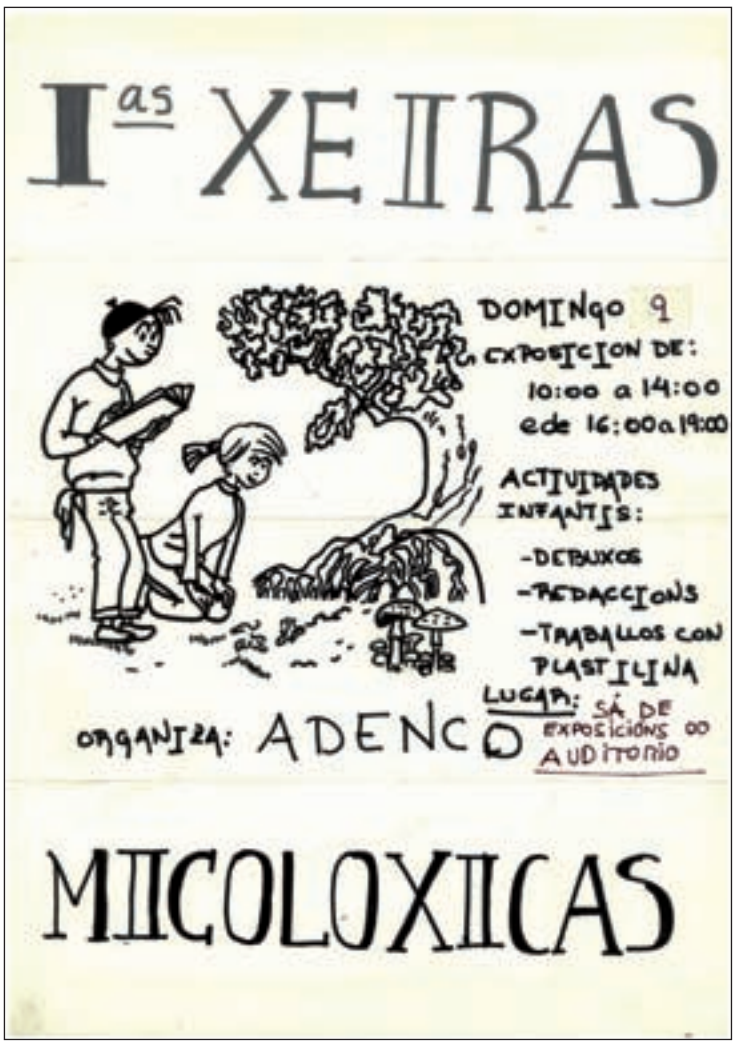
A EXAME

"É mui curioso ver os cartazes velhos denunciando a contaminaçom no Tea, quando nom há muito dos vertidos de soda em Mondariz"

CONFLITOS NOS ÚLTIMOS ANOS DÉROM PULO AO COLETIVO

Adenco: 25 anos de trabalho pola defesa ecológica da comarca do Condado

A Associaçom para a Defesa da Natureza do Condado (Adenco) leva já 25 anos em ativo. Com a denúncia da contaminaçom do rio Tea como fio condutor durante todos estes anos, este grupo ecologista está a iniciar umha nova etapa após a sua participaçom em diversos conflitos ambientais e vizinhais que se dérom nesta comarca nos últimos anos. Oposiçom ao emprego de herbicidas, a luita contra umha planta de biomassa ou a defesa do património provocárom a intensificaçom do trabalho de Adenco como agente informador e de denúncia. NOVAS DA GALIZA conversou com dous membros deste coletivo para repassar a sua história e analisar o presente.



A. LÓPEZ / Em fevereiro deste ano, no Auditório de Ponte Areias, o grupo ecologista Adenco celebrava o seu 25º aniversário e entregava os Prémios Rio Tea à defesa do meio ambiente, sendo galardoados a Plataforma SOS Xardíns de Mondariz Balneario e a vizinhança da paróquia de Ribadetea que se opugera à aplicaçom de herbicidas nos seus aquíferos. "Estamos numha etapa de relançamento", explicam desde o coletivo. "Adenco é tam necessário hoje como há 25 anos. É curioso ver os cartazes velhos denunciando a contaminaçom do rio Tea, quando nom há muito que acontecêrom os vertidos de soda em Mondariz ou enquanto os vertidos fecais continuam", afirma Diego, membro do coletivo ecologista. O rio Tea esteve sempre no ponto de mira de Adenco, daí que os prémios que se entregárom neste ano, com a vontade de continuar nos vindoiros, levassem o seu nome.

Outro dos integrantes de Adenco, Damián, fai memória e descreve a situaçom em que vivia Ponte Areias, localidade com a que está especialmente vinculada a atividade de Adenco, há 25 anos: "Adenco nasce o 23 de fevereiro de 1990, e nom foi casualidade. Ponte Areias era daquela um lugar mui escuro. Como em tantos lugares do país, nom se desenvolvera a Transiçom, havia um alcaide mui peculiar e umha estátua com a cabeça de Franco na Praça Maior. Assim, a mocidade daquela altura tratou de artelhar um câmbio social". Naquela época surgiu este coletivo, e desde entom, com períodos de maior ou menor atividade continuou em pé. Umha atividade que esteve ativa em todos estes anos fôrom as jeiras micológicas, um evento divulgativo que mesmo se deslocou até fora do Condado.

Situaçom do Tea

O rio Tea está declarado como Lugar de Interesse Comunitário (LIC) na Rede Natura 2000. Mas isso nom está a ser um garante da proteçom do seu meio ambiente. Desde Adenco mostram-se especialmente críticos com a senda fluvial realizada com fundos europeus nos últimos anos. "Gastou-se mais de um milhom de euros e os técnicos figérom obras agressivas com o meio", explica Diego, quem assinala que devido às crescidas do rio restos de xabre acabaram nas águas. Assim, com as obras da senda fluvial também se veriam atacados espécies próprias deste bosque de ribeira, como o freixo ou o amieiro, e mesmo um castro situado à beira do Tea, o conhecido como castro das Croas.

Entre os problemas que ainda estám presentes no Tea, o Diego assinala as plantas invasoras, como a roblina ou a mimosa, "e a depuradora, que verte ao rio as águas que nom é capaz de aproveitar". Sobre a fauna que fai do Tea um habitat singular, Diego lembra que "é a conca alta do Minho, e som umhas boas águas para o desove dos salmons. Aqui está presente a libelinha *Macromia splendens* e o mexilhom de rio *Margaritifera margaritifera*, que pode viver uns 80 anos e que tem um ciclo associado com os peixes migratórios".

> A senda fluvial do Tea causou danos no bosque de ribeira

> Durante todos estes anos estivérom ativas as jeiras micológicas

Conflitos recentes

Nos últimos cinco anos umha série de conflitos vizinhais e ambientais levou a que Adenco se mobilizasse e intensificasse o seu trabalho de informaçom e denúncia. Nos anos 2010 e 2011 apareceu na comarca o nemátodo do pinheiro, um organismo microscópico que se introduzira em Portugal através da importaçom de madeira asiática. Desde a Junta, decretou-se umha tala de todas as coníferas num radio de 1,5 quilómetros e umha outra zona de 20 quilómetros de rádio em que se talariam apenas as mortas. Adenco iniciara entom umha campanha de informaçom para as pessoas afetadas por estas decisons administrativas.

Em agosto de 2013 produzia-se um novo conflito na paróquia de Ribadetea. Damián explica o sucedido: "a vizinhança inteirou-se de que se iam aplicar herbicidas perto dos aquíferos e a gente começou a mover-se, sobre todo as mulheres. Adenco o que fixo foi unir-se. As vizinhas bloqueárom um dia o tratamento de herbicidas e começou entom um conflito social e legal. Chegárom a celebrar-se assembleias de 200 pessoas e se pressionou ao Concelho. Protegeu-se a água vizinhal, e por isso esta vizinhança levou o prémio Rio Tea deste ano". Um sucesso conseguido também com este conflito foi que o pleno do Concelho de Ponte Areias aprovou umha moçom de Adenco em que se proibia o emprego de herbicidas nos lugares públicos do concelho.

Também nos últimos cinco anos esteve presente o projeto de construçom de umha planta de biomassa, a qual estava inicialmente idealizada para a paróquia de Ribadetea. Perante a pressom vizinhal, a empresa passou a estudar Mondariz como lugar para o assentamento desta macroincineradora. Recentemente, Adenco denunciava publicamente que a Conselharia de Meio Ambiente voltava iniciar consultas para a tramitaçom ambiental desta planta em Mondariz.

Assim, Diego e Damián apontam que "nos últimos anos houve conflitos em que se participou com a vizinhança, conseguindo e partilhando informaçom séria. Muitas dessas vizinhas estám a fazer-se agora sócias. Vem que há trabalho e se podem fazer cousas em comum. É umha experiência mui enriquecedora."

Agricultura ecológica

Durante a campanha eleitoral, Adenco apresentou o seu Programa da Terra para o Condado, onde "recolhemos propostas fatíveis, reais, e as transladamos a todos os grupos. Agora que há novos concelhos, apresentamos solicitude para nos reunirmos com os alcaides da comarca", explicam Damián e Diego. E o centro das propostas está na promoçom da agricultura ecológica nesta comarca. "Se há algo em Ponte Areias e Mondariz é agro e monte, e é preciso dar-lhe valor", salienta Diego. "As iniciativas que se proponhem som interessantes e conhecedoras do nosso entorno, como a promoçom de um banco de terras que seja realmente produtivo, que se estabeleça formaçom para avançar na multifuncionalidade...", expom Diego, enquanto vai rematando a tarde à beira do Tea e finaliza a conversa com a olhada posta no futuro da comarca.

CULTURA

MÁRIO HERRERO VALEIRO, AUTOR DE 'A NORMALIZAÇÃO LINGUÍSTICA, UMA ILUSÃO NECESSÁRIA'

"Em situações como a nossa, só acredito na ação de base, independentemente de quem detenha o poder institucional"

RUBÉN MELIDE / **Mário Herrero Valeiro (Corunha, 1968) é licenciado em Filologia Hispânica pela USC e doutor na mesma disciplina pela Universidade da Corunha. Membro da Academia Galega da Língua Portuguesa e tradutor de profissão, a sua obra transita com um pé na sociolinguística e o outro na poesia. Neste último campo, tem publicadas as obras 'No limiar do silêncio. Poemas da estrangeirice' (Espiral Maior, 1999), 'Cartografia da Atrocidade' (Edições Tema, 2001) e 'Outra vida (22 poemas, uma confissão e um esclarecimento)' (Através Editora, 2013). Como sociolinguista, é de salientar o seu livro 'Guerra de Grafias, Conflito de Elites' (Através, 2011), que se vê completado pelo recentíssimo 'A Normalização Linguística. Uma Ilusão Necessária' (Através, 2015), à volta do qual decorre a nossa conversa com ele. Aliás, o autor vem de ganhar a presente edição do prémio Glória de Sant´Anna à melhor obra poética em língua portuguesa pelo seu poemário 'Da vida conclusa' (O Figurante, 2014).**

O que quer dizer que a normalização linguística na Galiza é uma *ilusão necessária*?
É uma interpretação, um jogo de bilinguismo à galega, a brincar, tristemente, com a semântica das palavras "ilusão/ilusión", em galego-português e em espanhol: na Galiza, ao contrário dos casos catalão e basco, na nova *realidade democrática* resultante da *Transición* espanhola a força político-identitária hegemónica continuou e continua a ser o nacionalismo espanhol. A língua *nacional* dessa ideologia identitária é o espanhol, a única a promover e defender. No entanto, existindo uma "ilusión" (um desejo, uma esperança) histórica pela *dignificação* institucional e pela normalização social do galego por parte de setores minoritários mas muito ativos no campo político (o nacionalismo galego), o nacionalismo espanhol, ideologia e poder institucional dominante, perante a possível existência de um foco de grave tensão política, parece ter articulado uma outra "ilusão" (uma falsa aparência, uma miragem, talvez um engano): a construção de um sistema ideológico e institucional complexo (isto é, a criação e implementação de uma realidade) que produz a aparência de um interesse "crível" (isto é, suscetível de ser assumido por grandes segmentos da população como um interesse "real") pela *normalização* de usos sociais e institucionais do galego, pela sua *defesa* como veículo útil de comunicação e de cultura em todos os âmbitos, como *língua própria* (mas não *nacional*) dos galegos e das galegas. Mas sob as aparências existe uma outra realidade.

> "Fraga neutralizou o problema galego (e o problema do galego) de forma magistral"

No livro, referes-te ao conceito de "autoidentificação", originado à volta de Fraga Iribarne, como instrumento particular do nacionalismo espanhol na Galiza. Em que consiste esta "autoidentificação" e em que medida continua vigorante nos nossos dias?
A nova realidade "democrática" espanhola precisava de um novo discurso, de aparência democrática, que assumisse o "próprio" (o galego, marcador étnico, nunca nacional), sempre dentro do "universal" (marcador nacional e internacional). Fraga Iribarne neutralizou o problema galego (e o problema do galego) de forma magistral. Bem acompanhado pelas posições programáticas do nacionalismo galego maioritário.

> "Uma parte do galeguismo trocou ideologia por pequenos espaços de poder"

Anos e anos de cedência após cedência na procura de atingir a "maioria social" para chegar onde está agora, nos seus estertores, a mendigar os apoios do novo nacionalismo espanhol de aparência progressista, em risco absoluto de ser arrastado definitivamente pela maré. Pela maré deste novo *regeneracionismo* patriótico espanhol. Enfim, na atualidade acho que a única "autoidentificação" que avança é a exclusivamente "espanhola", entre o progressismo social-democrata e o tradicionalismo franquista, mas é uma impressão resultante da minha vida em sociedade, não o produto de um estudo sociológico.

Qual achas que foi a repercussão do *pinheirismo* na situação atual do galego?
O chamado *pinheirismo* (o galeguismo culturalista e sentimental, perfeitamente assumível e bem controlado pelo Estado espanhol) fornece fragmentos discursivos necessários para a construção dessa realidade sociolinguística (e cultural, num sentido global) de que o nacionalismo espanhol precisava para neutralizar o "problema galego". Foi um discurso, e uma posição política, útil. Acho que, como dizia antes, a palavra é cedência, ou antes, claudicação, no sentido mais literal e, claro, também no figurado. Uma parte do galeguismo trocou ideologia por pequenos espaços de poder cultural e académico. Outra parte já estava assimilada décadas antes. Outra foi assassinada ou reduzida ao silêncio.

A situação do idioma nos espaços urbanos e nas gerações mais novas é verdadeiramente preo-

cupante. Quais seriam as causas da situação e como poderia esta ser revertida?
A situação é a resultante de um processo muito avançado de substituição linguística. E o problema não são já os espaços urbanos, de facto eu ainda ouço muito galego na Crunha, e entre pessoas jovens, talvez mais do que ouvia há trinta anos. O problema são os espaços periurbanos, rururbanos e rurais, os seguintes espaços sobre os quais atua a substituição depois de assolar os espaços plenamente urbanos. E o problema continua a ser a falta absoluta de valorização do galego por parte de muitos dos seus falantes: empregadas de *El Corte Inglés* que falam entre elas em galego mas passam para o castelhano com clientes galegofalantes. Em 2015, após trinta anos de "normalización lingüística". Também, claro, empregados de El Corte Inglés castelhano-falantes que tentam falar em galego com clientes galegofalantes. Em 2015, após trinta anos de "normalización lingüística". Não é uma brincadeira, não é anedótico. Penso que é muito significativo. Depois de décadas de "normalización" nem foi atingida uma valorização básica da língua por parte dos seus falantes "normais". Queres um melhor exemplo do que é a "ilusão necessária"? De que tudo é aparência? De que tudo devia mudar para que nada mudasse?

Falar em causas é muito complexo, não resumível numas linhas de escrita. Derrota absoluta do galeguismo na sua luta por dignificar o galego como "língua normal", empenhado, por exemplo, em ocupar espaços institucionais sem grande sucesso, em mitificar o papel da escola nacionalizadora espanhola e em tentar construir leis falsamente salvíficas, sem ter poder institucional para tal, mas esquecendo, por exemplo, a construção de uma rede alternativa de ensino que combatesse o papel espanholizador do ensino estatal e paraestatal espanhol. Vitória absoluta do espanholismo na sua luta por normalizar socialmente o espanhol aparentando em simultâneo que estava a "normalizar" o galego (isto é, uma variedade padrão do galego altamente castelhanizada em todos os níveis). Simplifico de forma grosseira. Tudo é muito mais complexo, evidentemente. Poucas pessoas têm tentado na Galiza compreender como funcionam as línguas em sociedade. Tudo ficou reduzido a ideologemas grupais, fossilizados mesmo no decurso do tempo. Ou, simplesmente, reduzido a palavras de ordem desligadas das dinâmicas sociolinguísticas dos falantes reais, não dos ideologizados (diglossia, bilinguismo harmónico,

> "O nacionalismo espanhol construiu um modelo de galego padrão inócuo para a reprodução social do castelhano e implementou esse modelo em determinados âmbitos institucionais"

conflito linguístico...).
Que relação achas que existe, ou poderia chegar a existir, entre assunção do galego como idioma plenamente normal no país e a norma ortográfica com que a língua seja codificada?
A planificação do status e a planificação do corpus são planos e estratégias intimamente imbricados, indesligáveis: um determinado padrão linguístico é construído para uma determinada funcionalidade, para uma determinada definição identitária, para a criação (ou estabilização) de uma determinada realidade social. A norma ortográfica é ideologia. As normas ortográficas são ideologia. E identidade. Mas se a pergunta é se um modelo de galego implementado do ponto de vista do reintegracionismo teria ajudado a que a situação atual fosse diferente, tenho de dizer, sinceramente, que por si só, não, evidentemente não. Além disso, não teria sido possível. O Estado espanhol não o podia permitir. Permitiu o único modelo padrão de galego que podia permitir para a consecução dos seus objetivos. Especialmente no plano visual imediato.

Com frequência tem-se colocado a causa da precariedade em que a língua sobrevive no nosso país na ausência de um *governo amigo* com vontade política para a favorecer. Em que medida concordas com esta asseveração? Qual seria o papel da ação popular *de base*?
Essa asseveração implica não entender nada das dinâmicas sociolinguísticas, infinitamente mais complexas. Falava antes das leis salvíficas com que ainda sonha o nacionalismo galego, cujas reivindicações linguísticas parecem ter diminuído até ao residual. Primeiro conhece pormenorizadamente a situação sobre a qual atuar, depois pensa muito em como atuar e finalmente atua com todas as precauções possíveis, especialmente as didáticas. Sobre aprioris-mos ideológicos indemonstráveis não pode ser concebida uma política linguística que pretenda implementar uma planificação linguística que tente impedir a desaparição social do galego. Numa situação como a galega só acredito na ação de base, nas Sementes e nos Centros Sociais. Independentemente de quem detenha o poder institucional.

Ao longo de várias décadas de autonomia, a tese oficial da Junta foi a do *bilinguismo harmónico*. Mudou alguma cousa no discurso oficial? Porque é que achas que a assunção do idioma como símbolo identitário é funcional para a estratégia nacionalista espanhola?
Porque uma arma tão poderosa como a língua não pode ser deixada nas mãos do inimigo. Manuel Fraga Iribarne compreendeu muito bem esse axioma. Como também o compreenderam García Sabell, Filgueira Valverde ou García González. Ou mais modernamente Alonso Montero. Facto que nunca compreendeu o nacionalismo galego maioritário. Além disso, está também a questão da ligação mais íntima com os setores galegófonos que parecem constituir ainda o maior corpo de votantes do nacionalismo espanhol. Desta forma, o galego ganha um valor político de proximidade, local, regional ou étnico, mas perde qualquer potencialidade de se tornar um símbolo nacional. O que parece ter mudado é que – como já disse numa entrevista publicada no Portal Galego da Língua – em minha opinião o nacionalismo espanhol chegou à conclusão de a questão linguística galega ter sido definitivamente fechada. Com isso fecham o círculo aberto por Fraga Iribarne: primeiro, roubar a língua ao nacionalismo galego como arma política e identitária, depois construir um modelo de galego padrão inócuo para a reprodução social do castelhano e implementar esse modelo de forma controlada e parcial em determinados âmbitos institucionais, controlar e punir a dissidência, bloquear qualquer tentativa de quebrar a hegemonia social do castelhano através do sistema educativo, assegurar a substituição social através do controlo do ensino, utilizar os meios de comunicação para criar a ilusão de que estava a ocorrer o contrário do que realmente ocorria, inventar mesmo uma dissidência inversa. Contudo, repito que têm tanta ânsia em dar por fechado o problema que se anteciparam em duas ou três décadas.

Qual a razão de o conceito *diglossia* se ter tornado inoperativo para o contexto galego?
Nunca tem sido operativo, nem no seu sentido estrito, evidentemente, nem no seu sentido alargado. Neste segundo caso pelo menos a partir da quebra de uma estrutura diglóssica (repito, no seu sentido alargado), com o primeiro discurso público em galego ou os primeiros usos em âmbitos socialmente prestigiados. As únicas "diglossias" existentes na atualidade são as resultantes das relações em sociedade, na Galiza, entre o galego padrão e as falas galegas populares e entre o espanhol padrão e as falas espanholas populares. Enfim, a "normalidade sociolinguística" das sociedades em que existe um modelo padrão de língua, uma língua legítima, um modelo estrutural de língua de poder. Um bocadinho mais complexo nos casos das sociedades com duas línguas.

Na tua obra, és crítico com a construção do passado que realizou a que poderíamos chamar de incipiente *historiografia nacional galega*. Poderias explicar às leitoras em que é que fundamentas as tuas críticas?
No perigo de cair no anacronismo, na miragem terrível de projetar sobre o presente a imagem de um mítico passado. Desmontar a mitologia nacionalista espanhol não pode implicar construir uma mitologia nacionalista galega. Ou não deveria. Mas, enfim, já sabemos que é comum aos nacionalismos a invenção da tradição, a construção da história. Não podíamos esperar que e o nacionalismo galego oferecesse nada novo nesta questão. As nações são construções modernas e civis. São grupos de pessoas com interesses comuns. Não histórias mais ou menos míticas. O que importa é o aqui e o agora.

Por último, e mudando um pouco de tema, vens de receber o prémio *Glória de Sant´Anna* ao melhor livro de poesia em língua portuguesa pelo teu poemário *Da vida conclusa*. Qual a importância de um autor galego receber reconhecimentos como este a sul do Minho?
Só é importante para o ego do autor e para uma certa projeção exterior do reintegracionismo. Por um lado, para a cultura galega oficial, vinculada até à asfixia ao nacionalismo galego maioritário, no plano ideológico, e aos subsídios da administração espanhola, no plano material, tal facto nem existe, são apenas cousas estranhas de freaks lusistas, de gente que nem galega deve ser considerada, portanto melhor desconsiderar, melhor ocultar, melhor esquecer. De facto, para essa cultura rançosa e ancilosada nem é literatura galega. Eles olham primeiro para o seu próprio umbigo grupal, e depois, às vezes, para o mercado espanhol, para as traduções para o espanhol e para a sua repercussão, interesseira e manipulável, em Madrid. Por outro lado, para o sonho da cultura galega alternativa, o único importante é com quem bebes os vermutes, os livros que citas e onde os citas, estar onde há que estar, assinar o que deve ser assinado. Tudo muito cool e muito híbrido. Se não estivéssemos a assistir a uma tragédia, o espetáculo seria mesmo divertido.

DESPORTOS

SHEILA SÁNCHEZ, SEGUNDA FUTEBOLISTA PROFISSIONAL

Sheila Sánchez Pose já é profissional após fichar polo FFC Vorderland. A moça, quem recebeu o prémio à melhor lateral esquerda na gala da Revista do Futebol Feminino Galego, torna assim na segunda galega que se dedica ao futebol profissional após Verónica Boquete.

A SELEÇOM DE GAÉLICO VIAJA A BRETANHA

Será a terceira vez em que as equipas nacionais da Galiza e da Bretanha se vejam as caras num terreno de jogo. A cita será em 16 de agosto em An Orient, a cidade em que decorre desde há meio século o principal festival internacional do celtismo musical e cultural.

DISCRIMINAÇÕES SEXISTAS NOS CAMPOS DE JOGO

Que género de desporto queremos?

BÉTI VASQUES / A denúncia da galega Verónica Boquete e das suas companheiras na seleção espanhola de futebol contra o treinador, Ignacio Quereda, pusseram este mês de manifesto que o sexismo no desporto está de plena atualidade. Com a atleta e treinadora Xiana Guerra, a basquetebolista do CB Alhariz Sela Ataide e a futebolista da liga local compostelana Ángela Fraga confirmamos que as discriminações ligadas aos roles de género não ficaram ainda em fora de jogo.

Agosto de 2003: as irmãs estadunidenses Serena e Venus Williams, consideradas duas das melhores tenistas do mundo e que possuem, entre ambas, oito medalhas olímpicas, estão lesionadas e não vão participar do Aberto dos USA. Um diário desportivo espanhol, dos mais lidos, dá conta da informação com este titular: 'O US Open não vai ver as curvas das Williams'.

Julho de 2005: a nadadora catalana Gemma Mengual entra na elite mundial da natação sincronizada após obter quatro medalhas nos Mundiais de Montreal. Agências de notícias e a imprensa intitulam assim: 'Gemma Mengual embelece a piscina'.

Março de 2007: após 13 anos na profissão, a árbitra Luísa Villa debuta na primeira divisão do futebol espanhol. Durante um programa de rádio o locutor lança um comentário: "não posso despedir a conexão sem perguntar-te se está boa!"

Junho de 2011: a Federação Internacional de Basquetebol entende que para fomentar o interesse neste desporto quando as que jogam são mulheres elas devem vestir "shorts e camisolas mais estreitas, seguindo as curvas e a contorna do corpo", "camisolas que mostrem os ombros da jogadora", "a largura do short será dum máximo de dois centímetros de espaço entre a teia e a pele" e "os shorts devem estar no mínimo dez centímetros por cima do joelho".

Julho de 2014: o regulamento europeu proíbe o uniforme habitual do handebol, com camisola sem mangas e calças curtas, e obriga as jogadoras a vestirem em top e cuecas.

Setembro de 2014: o Bogotá-Humana de ciclismo feminino converte-se na primeira equipa colombiana (de todas as modalidades desportivas) em participar numa competição europeia. Foi no Giro della Toscana, em Itália, mais ninguém reparou nisso. Porque? Porque a atenção toda mereceu-a o maiô das seis velocistas. Da mesma cor que a pele desde o umbigo até as coxas, o uniforme insinuava que as desportistas pedalavam seminuas.

Dezembro de 2014: a atleta galega Cristina González, primeira mulher do Estado espanhol a competir no Mundial de 100 quilómetros realizado em Doha, teve de correr com as roupas dum colega homem porque Qatar considerou "impróprios" o top e os calções curtos que se utilizam em todas as provas desta disciplina.

> "Temos que demonstrar continuamente que merecemos estar aí"

Nos USA encetaram em 2009 e 2011 duas competições onde o sexismo é a norma: a Lingerie Football League e a Lingerie Basqueteball League. Para além dos nomes das equipas (como 'Philadelphia Tentação', 'San Diego Sedução' ou 'Miami Quente' no futebol e 'Formosas', 'Glamorosas' ou 'Divinas' no basquetebol), as mulheres praticam estes dois desportos com um uniforme que consiste em sutiã, cuecas e liga de perna. Aliás, uma web detalha as condições para se pentearem, para a maquilhagem e mesmo para o bronzeado.

Competição vs. cooperação

Os anteriores são só algumas mostras do sexismo presente em qualquer desporto e em qualquer território. Os campos de jogo da Galiza não são alheios à situação. Da divisão dos espaços no pátio da escola até as aulas de ginástica, onde eles jogavam futebol e elas faziam *aeróbica*, as três desportistas com que falamos nesta reportagem medraram entre comportamentos e comentários que as desqualificaram por serem mulheres e gostarem dos desportos.

Fraga, quem trabalha como educadora social, explica como "quando uma companheira cai ao chão e vou ver como está sempre me berram 'vai pelo balão que a dor é de brincadeira!" Acredita no desporto como "um espaço para a educação" mas denúncia que "está a ser manipulado" porque a sororidade, entre eles e entre elas, está penalizada.

"O desporto está completamente masculinizado e temos que demonstrar continuamente que merecemos estar aí", aponta Xiana Guerra. Ela praticou futebol gaélico. "A pressão que tínhamos quando levávamos o balão era imensa", diz. E Ángela Fraga reconhece que "a nós passa-nos nas *pachangas* mistas", às quais as mulheres ficam obrigadas "quando somos menos de sete, porque perdemos o direito a usar o pavilhão que conseguimos".

"Quando tivemos treinadora ficamos invitas, ascendemos... fizemos uma temporada incrível", aponta Sela Ataide, quem atribui os méritos não aos conhecimentos técnicos senão ao facto de que "nem ela se impunha sobre nós nem nós sobre ela; éramos iguais". Neste ponto, Guerra diferença o rol da treinadora se trabalha com mulheres ("adquirimos roles maternais, de cuidados") ou com homens ("mostramo-nos duras, masculinas, para sermos respeitadas").

> Os uniformes são cada vez mais apertados "porque ser grande e alta está proibido"

Individual(ismo) vs. equipa

"Os desportos coletivos estão a se masculinizar", afirma Ángela Fraga. "Mas essa é uma deriva do desporto individual: destacar o físico e trabalharmos sozinhas. Por exemplo, em handebol importa muito a força e em waterpolo já se valorizam mais as jogadas duma única pessoa do que as coletivas", acrescenta Xiana Guerra. "E no basquetebol o que importa é que saltemos muito e corramos muito", completa a Sela Ataide, quem vê um problema na profissionalização do desporto quando vai ligada à competitividade, a que os e as desportistas sejam muito boas a nível técnico, embora não saibam jogar em equipa.

Quanto à roupa, as discriminações contra as quais devem revelar-se as desportistas ficaram já de manifesto nos exemplos assinalados ao começo desta reportagem. "Tu vais a uma loja e não há meias para nós! Há para homens, adultos ou crianças, mas para mulheres nada. Assim, ou levas a calcanheira pelo meio da perna ou levas a perna como um chouriço", explica de maneira gráfica Ángela Fraga entre risos, embora esclareça que a situação não é brincadeira. Os uniformes são também cada vez mais apertados "porque ser mulher grande e alta está proibido", diz Sela Ataide.

GALIZA, CAMPEÁ ESTATAL DE TRIÁTLON FEMININO DE RELEVOS MISTOS

Galiza proclamou-se campeá estatal de triátlon nas categorias feminina e de relevos mistos, ficando em terceira posiçom na categoria masculina. Assim informou a Federaçom Galega de Triátlon após as provas disputadas em Almazán (Sória), onde as distâncias foram de 300 metros nataçom, 6´7 quilómetros de bicicleta e 2 de carreira a pé.

SUSANA RODRÍGUEZ, QUARTA NO EUROPEU DE PARATRIÁTLON

A para-atleta Susana Rodríguez Gacio, quem ostentava o título de campeá da Europa de Paratriátlon, finalizou na quarta posiçom as provas realizadas em Genebra (Suíça). A viguesa e a sua guia –convive com uma diversidade funcional de tipo visual– lograrom um tempo de 01:12:20, enquanto a ganhadora Alison Patrick fixo 01:06:08.

> "A menstruação pode afetar ao nosso rendimento, igual que afetaria uma gripe"

Os tabus da regra, também no desporto

A prematura eliminação da tenista britânica Heather Watson por problemas físicos que ela atribuiu a "coisas de garotas" pôs no alvo do debate um tema do qual pouco se fala no mundo do desporto: a menstruação. Embora qualquer influência da regra no rendimento desportivo nem sequer esteja provada, mais sim que é usada pelo patriarcado para argumentar a superioridade física dos homens sobre as mulheres.

Numas jornadas estatais sobre triatlo, com presença de 4 mulheres e 196 homens, um treinador estatal perguntou pelo ciclo menstrual assinalando que é necessário tê-lo em conta na planificação do treino porque as mulheres não estão a 100% . "Isso é um mito", denúncia Xiana Guerra, uma das quatro desportistas presentes no simpósio. "Claro que pode afetar ao nosso rendimento, igual que afetaria uma gripe ou receber uma má notícia ligada à nossa vida pessoal; mas isso também lhes passa aos homens, ou não?"

Sexismo na arbitragem

Poucas são as árbitras ainda hoje, em qualquer das modalidades desportivas. A sua profissionalidade é questionada e os estereótipos machistas saltam ao terreno de jogo: "em Ourense na liga masculina de basquetebol há uma árbitra. É uma moça e, coma todas nós, sai de festa, vai aos bares, diverte-se... ao dia seguinte, no campo, a sua vida privada serve para a insultar e para a desqualificar nas suas decisões".

Mas o sexismo aboia mais ainda quando o árbitro é um homem e quem joga são mulheres. "Arbitram como se fóssemos crianças, com uma falta de seriedade e uns níveis de paternalismo incrível que se traduz em faltas que não assobiam por as considerarem 'de meninas', atitudes do tipo 'e agora tens que colocar-te detrás dessa linha branca para sacar' e mofas porque não somos jogadoras profissionais e não conhecemos toda a legislação", diz Fraga.

Discriminação na linguagem...

O acontecido com o treinador do CB Alhariz na temporada anterior seria para botar uns risos de não ser mais um elo da cadeia com que o patriarcado amarrou o desporto. Um ano, 15 mulheres no campo. Na hora de dar dicas e indicações ele emprega o masculino para se referir às posições: 'o pivô', 'o base' etc.

As jogadoras corrigem-no: 'a pivô', 'a base'. Dia a dia. Continuamente. Mas não serve de nada. São quinze e teima em as tornar invisíveis. Porque o que não se nomeia não existe. E ele não quer nomeá-las. Sela Ataide era uma das jogadoras. "Fiz uma camisola com o logótipo feminista rodeado de 'as': em maiúsculo, em minúsculo, em diferentes tipos de letra... e fui treinar com ela todos os dias". Porém, as jogadoras continuaram invisíveis.

O CB Alhariz é um clube com doze categorias. Na diretiva há alguma mulher "e curiosamente ocupa-se de temas como a roupa", ironiza Ataide. Contudo, este ano sim que houve mudanças: as crónicas enviam-se com uma linguagem inclusiva "porque as jogadoras assim o exigimos", embora o exemplo não calhe em outras equipas como o Cidade das Burgas, formada por volta da equipa feminina de futebol sala e que emprega o masculino genérico nas redes sociais e nas comunicações públicas.

... e nos horários

Houve mais avanços. "Custou-nos, mas eles já estão a fazer concessões e se numa temporada nós temos as piores horas na seguinte temos direito a escolher", assinala a basquetebolista a respeito dos horários, outro dos pontos em que o género condiciona a discriminação das mulheres. "Quando estudava, no campus, eles colhiam as horas que queriam e as que sobravam eram para nós", diz Sela Ataide.

Em Compostela, na liga local de futebol, se não fazes parte dum clube não tens direito a uma hora de pavilhão "mas nós conseguimos uma hora" após inumeráveis terças-feiras a esperar desde as 8 da manhá para serem incluídas numa planificação que diferenciava as categorias de 'futebol masculino' por um lado e 'futebol infantil e feminino' pelo outro e onde a Guarda-Civil "tinha direito a campo (público) toda a tarde".

Embora o panorama seja cinzento, as três entrevistadas têm clara a ideia que verbaliza Sela Ataide: "não vai ser este ano nem o ano que vêm, mais sim que se vai notar a mudança". E já que nenhuma mudança foi conquistada sem lutar, Ataide, Guerra e Fraga trabalham desde esta conversa, que se prolongou mais de cinco horas, num projeto comum: a construção dum espaço onde visibilizar e compartilhar todas as discriminações e todas as agressões que as desportistas têm de suportar pelo fato de serem mulheres. Um espaço onde construírem, entre todas, o género de desporto que queremos.

Preenche este impresso com os teus dados pessoais e envia-o a **NOVAS DA GALIZA, Apartado 39 (CP 15.701) de Compostela**

Nome e Apelidos _____ Tel. _____
Endereço _____ C.P. _____
Localidade _____ E.mail _____
☐ NºConta _____
☐ Junto cheque polo importe à ordem da A.C. Minho Media

ASSINATURA

☐ Subscriçom + livro = 35 €
☐ Subscriçom anual = 24 €
☐ Subscriçom + pack bilharda = 30 €
☐ Subscriçom + duplo pack bilharda = 35 €
☐ Assinante Colaborador/a = _____ €

TEMPOS LIVRES

GASTRONOMIA

Arqueologia dos sabores: o milho miúdo

Hei-che de dar queridinha
hei-che de dar o que tenho
papas de milho miúdo
feitas no pote pequeno

CARLOS C. VARELA / A mercadorização dos alimentos deu em todo o mundo numa brutal redução das variedades de alimentos, assim como na estandardização dos sabores. Se na década de 1960 ainda havia por todo o pais uma grande gama de raças de maçãs, adaptadas ao solo e clima de cada zona, atualmente apenas se podem comprar nas lojas uma média dúzia de variedades –superprodutivas, mas dificilmente sustentáveis sem ingentes insumos petroleiros e químicos. O mesmo sucede com as empresas de sementes. Quantos sabores que conheceram as nossas avós nos serão desconhecidos?

Graças às investigações do etnoarqueólogo J. M. Vázquez Varela, e a umas poucas casas que persistiram no seu cultivo, ainda nos fica o rasto dum sabor praticamente extinguido na Galiza: o do milho miúdo (*Panicum miliaceum L.*). A sua presença localiza-se na transição do Bronze Final à Primeira da Idade do Ferro, e cultivou-se desde os primeiros castros, no século VII a. C., podendo ser a sua grande produtividade um fator de crescimento demográfico. Na Idade Média documenta-se no século X, e não foi até a chegada do milho americano –que lhe roubou até o nome- que entrou em declive, sendo praticamente liquidado em 1950. A política de cerealização trigueira do franquismo pudo ter que ver com isto. Em trabalhos de campo entre 1974 e 1994, Vázquez Varela ainda encontrou quem cultivara este cereal entre Negreira e Outes, nas paróquias de Alvite, Arçom, Xalhas, Entines e a Pena. Ficará hoje algum cultivo?

O milho miúdo é um cereal ótimo para intensificar um sistema de policultivo, integra-se mui bem em rotações com outros cereais, erva e verduras e, aliás, requer uns cuidados mínimos. A sua palha é uma boa forragem, e o grão e a farinha um excelente alimento que se cria que aumentava a produtividade leiteira das vacas –e mulheres- e a quantidade e qualidade dos ovos no caso das galinhas. Quanto ao consumo humano, o milho miúdo admitia a panificação, escaldando a farinha com água fervendo e, misturada com a de trigo ou centeio, faziam-se no forno bolas de milho miúdo. Comiam-se também as papas de milho miúdo, feitas com leite quente ao qual se ia incorporando a farinha, dando num prato de sabor ácido e amiúde com pequenos grumos, rico em proteínas e apto para celíacos.

> Este cultivo já se sementava desde a época dos primeiros castros

Vê-se que o milho miúdo tivo importância pola força metafórica que mostra na cantiga que abre o artigo. Embora Vázquez Varela não o diga, as papas de milho do amante que a canta devem ser da mesma espécie que a linhaça ou a farinha de outras cançons: "A que casa com um viúvo/ gana tem de se casar,/ o fole que está sacudido/ que farinha pode dar?".

ENTRELINHAS

SAMIL APÓS O ÚLTIMO TRANVIA

C.C.V. / Há por trás do Vigo oficial, o da orgulhosa cidade portuária e industrial, uma espessura de mundos clandestinos: o do arquipélago aldeão que sobrevive de costas ao cimento, o do porto onde as elites canibais embarcavam labregos ao adeus, o dos descampados dos amores sem nome; ou o da dignidade obreira que apenas atinge nome próprio –Manuel Montenegro, Humberto Baena- com a morte. Nesta cartografia secreta lateja *Cabalos e lobos*, o primeiro romance de Fran P. Lorenzo; mas, sem concessões à comodidade maniqueia, fai-no justamente desde uma família burguesa: a clandestinidade, num conflito sem frente nem uniforme, torna-se transversal, pode estar no próprio corpo.

Os Beckmann, um clã empresarial alemão, instala-se em Vigo em finais da I Guerra Mundial. Numa noite de verão de 1960 alguém voa ao vazio e tudo começa a girar, envolvendo-nos nos ângulos mortos duma saga familiar perpetuada através do silêncio.

Volfrámio, soldados no Berbês, especulação, amizade hispano-germana, grandes negócios… Os Beckmann contemplam a barbárie como filhos de Eichmann: desde o ático da Gran Via nº 2 –metáfora perfeita do desnível prometeico- via-se a guerra como apenas mais uma industria. É ao entrelaçar esta barbárie com a intimidade que a dor começa a fazer-se representável: precisamente aí emerge *Cabalos e lobos*, no íntimo como campo de batalha, entre a doença, a velhice, a sexualidade e o matrimónio-cárcere.

Com uma grande densidade etnográfica, Fran P. Lorenzo reconstrói de forma quase atmosférica um ambiente histórico e social mui concreto, sem auxílio do símbolo ou do didatismo, como se as relações de poder se pudessem respirar. Talvez a carta do tio Álvaro, que dinamita um silêncio de gerações, seja o melhor exemplo: denunciando a perseguição da homossexualidade como um exílio que cria "residência no descampado", a dominação mostra-se como uma brutal negação do lugar próprio, uma condena a ser estrangeiro no próprio corpo. Algo mui parecido ao que experimentaria Delfina no geriátrico, a avó Gloria quando o homem lhe vende o piano, ou os primeiro Beckmann ao saberem da desaparição de Lübeck. Depois de tudo, todos procuramos uma praia libertada após o último tranvia de Samil.

LÍNGUA NACIONAL

25 de julho: Dia da Galiza

ISABEL REI SAMARTIM / Das longas e bretemosas saias do apóstolo, como duma montanha, roda majestosa a célula da identidade galega. Do alto interior desce às ribeiras para descansar nas rias lenes do verão pensando-se a si mesma. O tempo comum, o espaço comum, a língua comum. A língua que nos é própria porque é de quem a usar e imprópria porque pertence a todos e todas.

Enfrentamos um dilema, a ressaca da história colocou-nos num estranho *double-bind* que hoje bem conhecemos: Com Portugal temos uma relação cultural e linguística forte com uma política fraca. Com Espanha temos uma relação política forte com uma cultural e linguística que nos enfraquece, que nos condena à desaparição. Aprofundar no mesmo sentido essas relações aperta mais a corda ao pescoço e, quanto mais puxamos, mais nos afogamos. E ficamos sem voz.

Temos necessidade de inventar outras regras e uma outra relação com a política, essa sonhada autoajuda coletiva que nos devolva as palavras e os espaços comuns. Temos a obriga de participar mais, de ser mais flexíveis e de evitar a congelação burocrática dos nossos anseios. Quem diria que algo tão ordinário como a Normalização seria tão rebelde e nos levaria extraordinários tempos, esforços e dinheiros...

Hoje já não servem as leis das décadas de 80 e 90. O século XX envelheceu de súpeto quando Galiza se mostrou, novamente, como sujeito político próprio. Agora devemos repensar a função da identidade numa sociedade batida pelas dívidas e o empobrecimento. Antes os foros, hoje os FMI. Por um lado, a situação provocada pela oligarquia económica nos convoca à solidariedade entre as nações peninsulares e doutras partes da Europa. Por outro, a terra nos chama e indica as suas necessidades específicas.

> A ruína da velha Espanha entra em derrubo desde o seu centro de gravidade

Teremos a possibilidade de colaborar com quem nos pede colaboração, se não cairmos na sempiterna culpação de Castela. As gretas no muro provêm hoje dessa direção. Como uma gigante vermelha que colapsa, a ruína da velha Espanha entra em derrubo desde o seu centro de gravidade. E devemos acompanhar o processo, ajudar nele e rubricar um novo e diferente começo, talvez independente se assim o decidirmos.

Nesta também sociolinguística crise já vamos entendendo que a grafia é mais um método de dominação política e económica. Que insistir nos modelos que nos ataram ao isolacionismo nos leva ao fundo da história. Que utilizar a língua comum nos reforça e impulsa na construção do próprio caminho. Que a gente decente já não questiona o seu uso normal nem pede para fazermos as cousas da velha maneira.

No dia de hoje os galegos e galegas fundimo-nos no abraço e invocamos a nossa sensual identidade, fazemo-nos corpo social, sabendo que no futuro próximo o sentido da nossa participação determinará a radicalidade da mudança.

BILHARDA

BILHARDAÇOS CONTRA A DISPERSOM

O VARAL / O 13 de Junho Galiza, Asturies e Euskal Herria eram 3 povos unidos pola Maré Cantábrica, umha expediçom galega que percorria quilómetros nas estradas para apoiar os seus povos irmaos nas suas incursons bilhardeiras.

Há já uns quantos anos que a txirikila-bilharda fijo a sua incursom em EH de mao do nosso compatriota corunhés emigrado em Pasaia Joam Mourinho, mas a volta deste para a Terra deixou em um limbo a continuidade deste desporto em terras bascas. É por isso que umha expediçom galega partia de vários pontos do nosso País para devolver a última visita basca a terras galegas para desputar um torneio de bilharda. Desta vez enquadrado nas festas de Gaztanho, em Errentería.

Alí o homem orquestra era um dos bons e generosos emigrados do nosso País, o burelao Paulo Carril que recebia e dava a melhor das acolhidas à grande caravana de galegos que se deslocárom até Gaztanho para jogar à bilharda. Junto a ele estaria para receber a delegaçom galega o selecionador basco que capitaneou as expediçons dos seus a Ponte Areias e Marim anos anteriores, o grande Bukoswki de Pasaia.

Umha outra caravana partia de Ribadeu para o mesmo dia à mesma hora em Asturies, desputar o aberto Pitu Caleya, um poderoso comando cruzou a Ponte dos Santos para a desputa deste já mítico aberto em Piarnu. Um grande ambiente de festa e reivindicaçom do liriu e a bilharda como desportos oficias de ambas naçons sem estado tingiu cada um dos golpes com os que os cerca de trinta machetadoras e palanadoras festejárom esta mágica oitava ediçom do decano dos torneios de liriu em Asturies.

> A bilharda do ganhador tinha a foto dum vizinho com umha doença terminal

Umha jornada em que Daniel, palanador de Bilhardeiros Musicais lograva o triplete ganhando em umha semana o Aberto da Filhoa de Muimenta, o Pitu Caleya e mais o Aberto de Vilaselám (Ribadeu).

No entanto em Errentería mais de 20 palanadores e palanadoras vindos da Galiza retavam a forte chuva basca em um aberto com umha especial reivindicaçom contra a dispersom das pessoas presas, tanto galegas coma bascas. Já que neste aberto as bilhardas estavam decoradas com as caras de presos e presas políticas e o varal supunha esse imaginário golpe para à casa e contra a política de tortura e dispersom do Estado Espanhol.

Tiago, o bravo palanador do Condado voltava a ser esse bilhardeiro indomável e temido e impúnha-se na final ao Carlos Barros, nom sem umha grande polémica e protestos por parte do segundo clasificado. Terceiro seria o veterinário colombiano, mas este seria desqualificado polo Comité Desportivo por irregularidades no controlo antidopagem. Precissamente a bilharda do ganhador portava a foto de Aitzol, umha pessoa do bairro que atualmente padece umha doença terminal e polo qual juntamos especialmente o nosso berro com o dos camaradas bascos para reclamar a sua volta à casa, tanto a sua como a do resto de presas políticas bascas e galegas.

Tras este multitudinário aberto e durante a ceia de confraternizaçom sentárom-se umhas fortes bases para que esta seca de txirikila chegue ao seu fim, porque na Galiza, em Asturies, em Euskal Herria e em qualquer parte do mundo um outro desporto é possível.

Txirikila Bai, adiante com o varal!

NOVAS DA GALIZA

Apartado 39 (15701) COMPOSTELA | info@novasgz.com

CONVERSA COM XURXO NOVOA MARTINS, QUE COM SUSO BELLO FORMA GUILHERME E BASTARDO

“O repto de que tenho mais vontade seria musicar um poema de Patricia Heras”

BÉTI VASQUES / Conversamos com Xurxo Novoa Martins sobre o projeto musico-poético que tem entre maus junto com Suso Bello e que apresentaram este mês. Os dois som Guilherme e Bastardo. 'Mora' que deriva da palavra 'mar', era um navio inspirado polas técnicas nórdicas de contruçom. Matilde de Flandres mandou-no construir, equipou-o com o seu dinheiro próprio e deu de presente a seu marido, Guilherme I o Conquistador, 'O Bastardo'. 'Ver' é umha comuna francesa na regiom administrativa da Baixa-Normandia, no departamento da Mancha, e daí procedia Aubrey de Vere, o almirante-em-chefe do Bastardo na batalha de Hastings, que inaugurou nas ilhas o apelido 'de Vere'. Cunqueiro narrou a conquista normanda da Inglaterra em 1066 com o desembarco e a batalha de Hastings num poema seu. Nesses versos há uma espécie de 'mantra' que se repete: 'Vere de vere, toca o tambor'. Mas... que tem todo isto a ver com o nosso entrevistado? Melhor que no-lo conte ele.

ENT DORNA

O drakkar botou-se ao mar em 2011 e navegou quatro anos até tocar terra firme. Podes compartilhar connosco algumha anotaçom do diário de abordo?
Sim, nascemos com a minha participaçom, junto a Alfredo Dourado, na apresentaçom dum filme documentário sobre Álvaro Cunqueiro, musicando juntos alguns poemas dele. Outra anotaçom que temos é a do 75 cabodano do asalto ao Bou Eva, depois do qual começámos a receber umha resposta muito carinhosa do público que nos encoraja a continuar.

Um momento fulcral é o meu passo pola residência de escritores/as Axóuxere em Rianjo. Ali conheço Rafa Xaneiro e mostrolhe algumhas gravaçons caseiras. Finalmente é ele o responsável da gravaçom e da produçom de 'Veredevere' e a Axóuxere Editora decide dar suporte ao projeto.

Depois está a campanha de crowdfunding e a sua difussom e mini-concertos em lugares como livrarias e centros culturais, que foi decisiva no nosso processo de maduraçom e na descoberta do nosso público. Finalmente o abandono do projeto por vontade própria de Alfredo justo antes do lançamento do livro-cd e a incorporaçom do bravo Suso Bello criou umha nova dinámica criativa e de futuro muito estimulante.

Auto-gestom, licenças livres, micro-financiamento, versos em língua changana, poesia inspirada na literatura popular, apoio para a pedagogia transformadora da Semente e um berro pola desobediência. Com as novas leis da Espanha ouvir a vossa música seria delito?
Prometimos, e imos cumplir a nossa palavra, realizar alguma das apresentaçons e concertos numha ilha da nossa costa. Porém, teremos que esperar a que passe a época da cria das gaivotas para realizá-las sem perigo. Nom sabemos se a 'lei mordaça' do PP tem a ver com isto [risos].

Veredevere. Estou certa de que havia palavras muito mais doadas de pronunciar... Por que esta?
[risos] Pois é. Na verdade é mesmo um trava-língua e, de facto, já o temos visto escrito na imprensa e nas redes sociais dos mais diversos jeitos. O acaso quis que, ensaiando, abramos à toa o livro *Herba aquí ou acolá*, justo na página do poema intitulado 'A chegada das naves'. De aí surge o nome do grupo, do livro e o gosto pola experimentaçom e a reelaboraçom de ritmos e de estilos.

Que poema ou que poeta seria um repto para Guilherme e Bastardo e por que?
Pois... falando de autoras galegas, levo tempo a tentar musicar alguns poemas de María Comesaña Besteiros, que me deixou fortemente impressionado. Também tenho muita vontade de que musiquemos Elías Portela ou Knörr, o rapaz de Cangas que mora desde há alguns anos na Islândia e que escreve quer em galego, quer em islandês, com um estilo muito pessoal.

Adoraria musicar algum poema de Sepideh Jodeyri, a poeta, jornalista e tradutora ao persa do romance gráfico Le Bleu est une couleur chaude da criadora de banda desenhada e argumentista Julie Maroh, em que se baseou Abdellatif Kechiche para o seu filme La vie d'Adèle. Ou de poetas árabes contemporáneas como Iman Mersal ou Fátena Al-gurra.

Mas o maior repto ou o do que pessoalmente tenho mais vontade seria poder musicar algum poema de Ser h(u)ome*ºº(à) de Ian Bermúdez Raventón, de Bello público, da poeta de Albacete conhecida como Aswad ou alguns dos poemas de Patricia Heras que aparecem em 'Poeta muerta', e que em grande medida som testemunha da sua experiência na cadeia polo caso 4F.

Fecha os olhos um bocadinho: imagina umha apresentaçom do livro-CD. Onde é que estais?
Se fechamos os olhos lembramonos do lançamento que tivo lugar o 11 de julho no XII Encontro de Embarcaçons Tradicionais no Cabo de Cruz, em Boiro, a bordo do galeom 'Rei do Mar'. Foi como um sonho que tornava realidade: na coberta do barco, ao pôr do sol, rodeados de amig@s e estreando a nova formaçom junto ao Suso Bello e com a colaboraçom da ghaiteira Sabela Olivares.

Vamos com uma pergunta séria: onde vos figestes com o aparelho de Doraemon para fazer bolhas gigantes de sabom?
[ri a gargalhadas] Esse é um segredo que apenas pode ser desvelado em algum dos nossos concertos.

E já que este primeiro projeto vem cheio de poesia, era bem despedirmos a entrevista com uns versos, nom achas?
Acho perfeito! Eis uns versos meus que aparecem no livro-cd:

Com palavras
estivamos
a grávida república da noite;
com poesia
encetamos o caminho,
selvagens e imprevissíveis
como a líbido do saltão.

Xurxo Borrazás

QUEM MANDA AQUI?

“O povo é quem mais ordena” cantava Zeca Afonso em *Grándola*. Era boa! O referendum grego deixou bem às claras que nom era certo. Foi como levantar umha pedra no fundo da fraga e aparecer umha pléiade de bichos descoloridos, cheios de patas, babas e couraças grises e pardas. Fantástico! Velai o valor da consulta polo que o resto da cidadania europeia deve estar-lhes agradecidos ao governo de Syriza e ao eleitorado que votando OXI desvendou a maquinaria dos que realmente mais ordenam.

Nom é o povo quem decide o rumo dos assuntos públicos, tampouco os seus representantes eleitos, que se limitam a termar do leme e a manter à raia a tripulaçom para que nom se amotine. O resultado grego questiona os armadores, mas também os patrons da nave europeia: a quem representam os parlamentos e os executivos que tomam decisons contra os interesses do conjunto da populaçom?

Que votaríamos nós se nos consultassem sobre a mudança constitucional express para priorizar o pagamento da dívida? Sobre a reforma laboral do PP, as privatizaçons de serviços públicos essenciais, o resgate bancário ou o alongamento *ad aeternum* da concessom da Audasa em favor de fundos voitre...? A quem representam os governos que adotam essas medidas? Quem é o que mais ordena?

O referendum grego mostra que as decisons institucionais vam por umha via e a vontade das pessoas por outra, isto é, que lhe chamam democracia e nom o é. Podem os dirigentes europeus sair sorrindo do Conselho e afirmar que o acordo está feito... O FMI apresenta-se nos bastidores, puxa-lhes das orelhas e obriga-os a sair ao cenário a dizer o contrário.

Os grandes conglomerados financeiros som os que ordenam: ponhem de presidente da Comisom ao defraudador mais experto, colocam ministros de economia dos seus e tombam governos hostis, justo o que buscavam com o grego e o seu risco de contágio. A democracia era a única arma que restava a Syriza para defender-se e defender a sua gente, e foi qualificada polos que ordenam como umha arma de destruiçom massiva, o caos. Lógico.